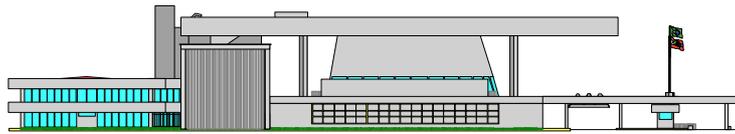


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 20 DE MARÇO DE 2009

NÚMERO 6.008

**16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA**

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Junior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Junior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Darci de Matos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Pedro Uczai - Presidente
Cesar Souza Junior
Serafim Venzon
Elizeu Mattos
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2008
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 015ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 12/03/2009.....2

Atos da Mesa

Atos da Mesa 13

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria14
Atas das Comissões
Permanentes 14
Avisos de Licitação..... 14
Extrato15
Ofícios15
Projetos de Lei 16

PLENÁRIO

ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Reporta-se à presença de João Porto e Joaquim Gonçalves, da UFSC.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Comenta a importância do vereador na sociedade; manifesta satisfação com relação ao Instituto Gene e ao parque tecnológico de Blumenau.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se a encaminhamentos relacionados ao ministério da Previdência Social; coloca as novidades a respeito dos servidores demitidos no governo Collor.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a decisão de redução dos juros pelo Copom; fala da antecipação do processo da campanha

eleitoral/2010; refere-se à redução do consumo no país; fala de estratégias do governo federal para o enfrentamento da crise.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Reporta-se à necessidade de estabelecer critérios objetivos na pré-campanha.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença do vereador de Ipirá, Nelson Kleemann; do vereador de Anchieta, Ademir de Lima; e do presidente da Câmara de Itá, Vitor Olimar Minella.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e vice-prefeito de Quilombo; de vereadores de Pinhalzinho e de Ipirá; e de outros vereadores de municípios da região.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Cumprimenta os vereadores presentes na Casa, bem como o vice-prefeito de Quilombo, Neuri Brunetto, e o prefeito de Pinhalzinho, Fabiano da Luz.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Saúda os vereadores presentes na Casa, bem como o vereador de Santa Helena, Valdir Casanova.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Refere-se à redução da taxa de juros pelo Copom; aborda o lançamento do livro *Casa Azul*; registra o Dia Mundial do Rim.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Saúda os médicos urologistas, nefrologistas, no Dia do Rim; fala da necessidade de ser instalados aparelhos para videocirurgia nos hospitais públicos do estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra a presença do reverendo Damasceno; cumprimenta vereadores presentes que participam do encontro da Uvesc; reporta-se à necessidade de duplicação de trecho da BR-470.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Saúda o prefeito de Jaguaruna, Inimar Felisbino Duarte, e sua esposa Janice; discorre sobre os 18 anos do Código do Consumidor.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Registra a presença de vereador e lideranças de Bom Retiro; manifesta-se sobre a questão da campanha antecipada numa eleição.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Refere-se a artigo da revista *The Economist* sobre a crise mundial.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (aparte) - Aborda o desempenho brasileiro diante da crise mundial.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença da vereadora Rosane Antunes Pires Infeld, de Zortéa.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Otacílio Costa e Palmeira.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Sauda vereadores de Papanduva.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Refere-se ao congresso de vereadores; aborda a crise mundial e seus resultados no Brasil; critica o governo Lula com relação à inflação.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sauda os vereadores presentes; refere-se à crise mundial.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comenta artigo da coluna do jornalista Prisco Paraíso sobre a cassação do governador.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Aborda o processo de cassação do governador. Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao episódio envolvendo o tenente-coronel Newton na eleição de 2008.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Refere-se à gravação realizada, sem autorização, no 4º Batalhão da Polícia Militar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Bela Vista do Toldo.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Aborda a tentativa de cassação do governador e do prefeito da capital.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Reporta-se ao ex-governador Esperidião Amin.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comenta o projeto de lei que institui a política de prevenção à violência contra educadores na rede de ensino fundamental e médio em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Eu vou-me retirar do plenário neste momento para entrevistar dois amigos meus, srs. João Porto e Joaquim Gonçalves. O sr. Joaquim Gonçalves, especialmente, é uma pessoa aposentada pela Universidade Federal de Santa Catarina e através de diversas conversas está-nos transmitindo a história da UFSC. Na década de 50, a nossa universidade nem existia, mas já existia o *campus* universitário da Faculdade de Filosofia, que era estadual, época em que Juscelino Kubitschek implantou a Universidade Federal de Santa Catarina em substituição à universidade estadual. Esse fato eu desconhecia.

Então, vou aproveitar o tempo dele, que é exíguo, para estender os meus conhecimentos sobre o passado da nossa universidade, pois existia uma disputa muito grande no estado, principalmente em Florianópolis, entre a UDN e, se não me engano, o PSD, não era da minha época! Mas era esse o fato que queria registrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro e v.exa. está convidado para, posteriormente, repassar esses conhecimentos aos seus pares.

Prossegue a sessão no comando da sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sra. presidenta, deputada Ada De Luca, srs. parlamentares, sras. deputadas, quero aqui, nesta manhã, abordar dois temas rapidamente.

Em primeiro lugar, quero parabenizar a Uvesc - União dos Vereadores de Santa Catarina - pela realização do Encontro Estadual de Vereadores, que acontecerá hoje e amanhã, nesta Casa, no qual serão abordados vários temas de importância para os vereadores.

Será tratada a questão da responsabilidade civil e criminal do vereador e dos servidores; será tratada a questão da técnica legislativa como instrumento das atribuições do parlamentar, do vereador; haverá uma palestra sobre a importância da imprensa no mandato do vereador (se a imprensa é importante para nós, deputados, com certeza também é muito importante para os vereadores); será tratada a própria questão do vereador na elaboração dos planos diretores participativos, dos planos diretores feitos em cada município; e será tratada a importância do conhecimento das leis orçamentárias para fins de fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

E eu faço questão de abordar esse tema porque eu, antes de ser deputado estadual, srs. deputados e deputado Reno Caramori, fui vereador por seis mandatos. Fui vereador, inclusive, ao lado do deputado Ismael dos Santos. Fomos vereadores juntos.

Eu comecei a minha vida, em 1996, com 21 anos de idade, como 3º suplente de vereador. Depois, em 2000, elegei-me vereador, tendo sido na época, no meu partido, o PFL, o vereador mais votado do partido em Santa Catarina. E em 2004, com quase oito mil votos, tornei-me, naquela eleição, o vereador mais votado da história de Santa Catarina.

Eu tenho uma alegria muito grande, uma saudade, uma lembrança muito boa da época de vereador. E o vereador, deputado Ismael dos Santos, é a primeira pessoa a reivindicar para a comunidade as questões na prefeitura. O vereador, muitas vezes, não é entendido pela população, mas é uma pessoa que está lá à disposição da comunidade, porque é ele que dá a cara para bater nas bases, que realmente ouve a população e que vai, junto com a população, deputado José Natal, na secretaria da Saúde, no órgão público, para fazer com que aquele órgão funcione. Então, se não fosse o vereador, o órgão muitas vezes não funcionaria bem, pois é o vereador que fiscaliza, é a pessoa que vai lá e reivindica pela população e que está sempre à disposição.

Claro que em todas as profissões existem as exceções, mas na grande maioria acredito que os vereadores de Santa Catarina fazem um grande trabalho e é por isso que eu quero dedicar este tempo do meu pronunciamento a esse encontro, quero falar da importância do vereador qualificar-se, porque quanto mais representatividade o vereador tiver, mais bem representada a comunidade poderá ser e mais os seus direitos serão garantidos e respeitados. Quanto mais o vereador cobrar do prefeito, dos secretários municipais, dos órgãos públicos e da iniciativa privada, quanto mais cobrar o direito do cidadão, mais um caminho ele terá garantido para que o seu direito seja respeitado.

Por isso, quero desejar a todos os parlamentares de Santa Catarina, aos nossos vereadores um bom encontro e parabenizar a sua associação, a Uvesc, pela realização

desse encontro, porque sempre é importante a qualificação do vereador. Porque, srs. parlamentares, é aquela velha frase: Quanto mais sei, sei que menos sei, que mais tenho que aprender. Por isso é importante esse encontro, para que os nossos vereadores se qualifiquem.

No mesmo sentido, eu gostaria de hoje também, srs. parlamentares, sra. parlamentar Ada De Luca, que está presidindo esta sessão, falar sobre um assunto de extrema importância. E eu quero falar esse assunto porque desejo parabenizar o governador Luiz Henrique, parabenizar o nosso amigo Ari Vecchi, que trabalha no gabinete do governador, por ter encampado uma questão que, para nós, é fundamental em Blumenau, que é a continuação das obras do Instituto Gene, do parque tecnológico da cidade de Blumenau, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que também é de lá conhece e sabe a importância disso.

Muitos parlamentares podem até não acreditar, mas em Blumenau diz-se que a cidade tem até mais empresas da área de tecnologia, de consertos de computador, programação, *softwares*, *hardwares* do que padarias.

Blumenau é uma cidade que migrou e é voltada para essa área depois do problema que houve com a indústria têxtil, ocasião em que começou a buscar no ramo da tecnologia uma solução para a geração de empregos com qualidade. Realmente, desde o final de década 60, a cidade vem-se voltando para essa área e vem construindo um grande parque tecnológico.

Blumenau possui uma universidade com forte atuação na pesquisa e no desenvolvimento, que é a nossa Furb; possui associações empresariais da área de tecnologia como a Blusoft, que é forte, estruturada, organizada; possui hoje uma incubadora de referência nacional, que é o Instituto Gene; possui profissionais capacitados na área de tecnologia e, além de tudo isso, vem trabalhando na questão do parque tecnológico.

Deputado Adherbal Deba Cabal, como secretário de estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, tive a oportunidade de ver, na época - e tenho aqui algumas fotos - o governador Luiz Henrique, juntamente com o prefeito João Paulo Kleinübing e com várias lideranças de Blumenau e região, assinar a primeira etapa da construção do parque tecnológico de Blumenau, que tem duas etapas: a primeira se refere à construção de uma área física que possa atender a comunidade, possa abrigar várias instituições na área de tecnologia e possa realmente atender a população. E a segunda etapa desse projeto refere-se à criação de um local para as empresas que serão incubadas pelo Instituto Gene que, como eu falei anteriormente, é referência nacional.

Por isso eu quero aqui agradecer à SC Parcerias, agradecer ao governo do estado por dar continuidade a esse projeto que foi prometido pelo governador Luiz Henrique no ano retrasado, quando eu era secretário e que com certeza vai dar muita importância e vai agregar muito valor a Blumenau.

A primeira etapa e o primeiro investimento foram da ordem de R\$ 300 mil. Agora, a SC Parcerias prepara mais um investimento da ordem de R\$ 200 mil. E eu quero dizer, srs. parlamentares, que para o governo do estado, por incrível que pareça, R\$ 200 mil, numa segunda etapa, pode não parecer muito dinheiro, mas para aquela comunidade, a comunidade do bairro Garcia, de Blumenau, que possui o menor IDH do

município, que precisa de desenvolvimento, de geração de empregos, representa muito mais, às vezes, do que uma obra física de R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões. Esses R\$ 200 mil permitem que empresas sejam incubadas e possam gerar emprego e renda, permitem que novas idéias possam surgir e possam efetivamente melhorar a qualidade de vida da cidade.

O governador Luiz Henrique é uma pessoa que acredita - e aqui quero parabenizá-lo de coração - no estímulo ao empreendedor. E o Instituto Gene, ao criar uma incubadora num local como o do parque tecnológico da cidade de Blumenau, vai, sem dúvida alguma, além de estimular o empreendedor, valorizar aquele jovem que buscou conhecimento na universidade, que vai aplicá-lo e que depois de um ou dois anos poderá sair da incubadora e gerar empregos através de novas idéias, buscando realmente agregar valor.

Na área de tecnologia, srs. parlamentares e sras. parlamentares, o valor do salário das pessoas é muito maior às vezes do que numa indústria têxtil ou na indústria da construção civil, na qual o cidadão faz o trabalho braçal. Na área da tecnologia, em que o cidadão tem que estudar, tem que se dedicar, tem que ter efetivamente conhecimento, o salário é maior e por essa razão gera mais qualidade de vida, gera um índice de desenvolvimento humano maior.

Por isso, quero insistir nessa tecla para dizer da importância da continuação desse projeto do parque tecnológico, pela geração de emprego de qualidade, pela geração de renda e, acima de tudo, pela geração de qualidade de vida para o cidadão, não só de Blumenau, mas de Santa Catarina. Porque se nós tivermos essa idéia funcionando e pudermos levá-la para todo o estado, tenho certeza de que ele como um todo vai ganhar. Santa Catarina já é referência na área tecnológica e agora com essa idéia funcionando, sendo concluído esse projeto - e aqui mostro as fotos, inclusive, do governador pessoalmente assinando esse projeto do parque tecnológico -, tenho certeza de que nós teremos muito a ganhar, não só Blumenau, mas Santa Catarina como um todo.

Por isso quero aqui novamente parabenizar o governador, parabenizar o Ari e parabenizar todos aqueles que se envolveram nesse projeto, porque na verdade ele não vai beneficiar o Instituto Gene e sim o cidadão que vai ter oportunidade de ter um emprego de qualidade, com renda boa, e vai poder sustentar a sua família com dignidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados, trago, nesta manhã, alguns encaminhamentos que tenho feito no ministério da Previdência Social, acompanhado da presidente do nosso partido, Luci Choinacki, na tarde de ontem, quando tive a oportunidade, diante de uma série de encaminhamentos feitos por usuários do INSS, de transmitir e levar a preocupação ao ministro José Pimentel, sobre a interiorização do atendimento através das diferentes agências, ou seja, a ampliação nesse atendimento, facilitando a vida de milhares e milhares de pessoas que precisam da instituição para atender suas demandas.

O ministério da Previdência Social tem avançado enormemente no que diz respeito à questão da informatização e o próprio ministro, de uma sensibilidade enorme, que sabe da problemática enfrentada e vivida pelos nossos trabalhadores e trabalhadoras,

tem-se colocado aberto ao diálogo, no sentido de facilitar e de dar agilidade às demandas do nosso povo trabalhador.

Nesse sentido, pontuamos algumas questões com relação às perícias, porque muitos de nossos trabalhadores, ao terem de esperar 40, 60, 90 dias para serem atendidos, são prejudicados no seu trabalho. Até 15 dias a empresa banca, deputado Silvio Dreveck, mas depois disso o trabalhador, que depende do salário para viver, para pagar aluguel, alimentação e estudo para seus filhos, enfim, que depende do seu trabalho para pagar as necessidades do dia-a-dia, não terá mais de onde tirar. Às vezes ele passa fome, necessidades. E são milhares de trabalhadores que enfrentam isso.

E eu levei, srs. deputados, a preocupação de várias regiões do estado de Santa Catarina onde há atraso e o ministro prontamente atendeu, felizmente. Ele já está fazendo mutirões em outras regiões, mas vai fazer aqui também, em Santa Catarina, no final de semana, para resolver essa demanda represada e poder aliviar a dificuldade, o sofrimento da classe trabalhadora do nosso estado. Nos primeiros dias, com certeza, ele dará esses encaminhamentos em várias regiões.

Mas o importante é que ao ouvir o ministro José Pimentel fiquei mais tranquilo, porque ele disse que até 2010 qualquer trabalhador e trabalhadora, além de ter todos os seus dados informatizados, em questão de 30 minutos, ao encaminhar o seu processo, vai sair com a sua aposentadoria.

Portanto, é uma revolução dentro da Previdência Social. E quando há pouco tempo nós ouvíamos falar que a Previdência Social estava falida, que não tinha jeito, o presidente Lula, nesses oito anos de governo, vai entregá-la com superávit. Quer dizer, essa revolução faz-se também por causa da transparência e da honestidade na aplicação e no trato do dinheiro público, o que, infelizmente, não vemos em muitos setores públicos.

Portanto, a ex-deputada Luci Choinacki e eu saímos da audiência extremamente satisfeitos ao ver como está sendo tratada a Previdência Social e, ao mesmo tempo, focalizamos também a questão das donas-de-casa. Há o projeto de autoria da ex-deputada Luci Choinacki, que tem lutado fortemente para garantir a aposentadoria àquelas trabalhadoras que não tiveram nenhum tipo de contribuição. E existe lei nesse sentido que foi aprovada. É uma dívida histórica que o estado brasileiro tem com essas trabalhadoras do país.

O ministro apontava que essa situação está sendo estudada com muito carinho e que pretende, até o final de 2010, homologá-la e torná-la realidade, além de regularizar várias iniciativas como de costureiras e de outras trabalhadoras que vivem na informalidade, dando, dessa forma, direitos e garantias ao povo trabalhador.

Por fim, quero trazer aqui presente o encaminhamento dado, na tarde de ontem, pela senadora Ideli Salvatti, com respeito aos demitidos no governo de Fernando Collor de Mello, de 16 de março de 1990 a 30 de setembro de 1992. Trata-se de um parecer a um projeto de lei, no sentido de que esses demitidos tenham os seus direitos garantidos, para que o estado indenize esses trabalhadores e trabalhadoras que foram demitidos, pois só em Santa Catarina esse número já ultrapassa três mil empregados.

Portanto, a emenda de autoria da senadora Ideli Salvatti reabre o prazo para o requerimento de anistia. Então, é um avanço extremamente positivo esse encaminhamento

dado pela senadora, que foi aprovado por unanimidade na comissão de Constituição e Justiça no Senado da República.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e sr. deputados, visitantes que nos acompanham, principalmente os vereadores que participam do encontro estadual que começa hoje, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, nesses últimos dias estamos vendo pela imprensa os impactos na conjuntura nacional e a aprovação da redução de 1,5% dos juros, na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). E isso é importante para o Brasil, para o seu desenvolvimento, para o crescimento da sua economia.

Claro que as críticas são grandes no sentido de que os juros devem diminuir. Mas também o cenário é muito otimista em termos de juros no Brasil. Até temos a previsão para que no final deste ano chegue ao percentual de 5% os juros ao ano. Também vale lembrar que pouco tempo atrás se falava em 45% de juros no Brasil. E 5% de juros ao ano hoje é a condição de desenvolvimento dos países de primeiro mundo, que estão com 4%, 3,5% de juros ao ano.

Outra grande polêmica nacional é a antecipação do processo das eleições, da campanha eleitoral/2010, por parte do presidente da República, da ministra Dilma, apresentando obras, inaugurações importantes de investimento do governo federal.

Até estranhamos críticas, porque a própria Oposição, no estado de São Paulo, está aplicando 300 milhões em propaganda do governo do estado.

O que é isso? Crítica-se o governo, mas, por outro lado, o possível candidato da Oposição também está fazendo uma campanha da Sabesp, empresa de saneamento do estado de São Paulo, com propagandas no Brasil todo de suas obras.

Lá no estado do Piauí, as pessoas, pela televisão, vêem propaganda de obras do estado de São Paulo. Então, isso não é campanha antecipada?

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Nobre deputado, acho que a grande problemática do que pode ou não nessa questão pré-campanha é que estamos trabalhando com critérios subjetivos. Mais do que nunca é preciso estabelecer critérios objetivos, para que até nós, parlamentares, tenhamos legitimidade e serenidade nessa nossa caminhada. Só assim a democracia terá efetivamente a sua legitimidade.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado.

Para terminar esse raciocínio na linha de propaganda eleitoral antecipada, quero dizer que concordo com o deputado de que é preciso clarear mais a legislação brasileira, fazê-la mais objetiva, para justamente não criar esses conflitos e esse empurra-empurra do que é ou não campanha.

É claro que é preciso ser feita a divulgação. Aqui no estado estamos vendo isso também, deputado Elizeu Mattos, onde o governo inaugura suas obras. É legítimo um governo, ao fazer grandes obras, fazer a divulgação que o investimento merece. Mas é preciso haver regras muito claras nesse sentido, ou seja, do que é ou não campanha eleitoral antecipada.

A questão da propaganda que o governador do estado de São Paulo está fazendo no Brasil todo, e ele é um possível candidato... Estão fazendo uma grande crítica. Inclusive, ingressaram no Supremo com um processo crime contra o presidente Lula e a ministra Dilma Rousseff.

Outra preocupação bastante grande que ronda o Brasil é o processo da nossa economia, eis que nos últimos três meses do ano passado tivemos uma redução bastante grande no consumo brasileiro; conseqüentemente, reduziu o nosso crescimento industrial e a nossa economia brasileira.

Lamentamos que toda essa questão do medo da crise se espalhou no Brasil com interesse político, eleitoral. E a população acabou não comprando, não investindo, por medo de uma propaganda preparada na perspectiva do susto.

O capitalismo não tem jeito, e nós vivemos num sistema capitalista, em que se as pessoas não compram, alguém não vende, alguém não gera emprego, não produz. Daí tivemos um impacto com certeza muito forte na economia.

Então, precisamos de fato ter outro comportamento de lideranças políticas no Brasil, que de fato não espalhem no país esse medo à população, inclusive, com grandes reportagens nos últimos dias, porque até as pessoas que tinham condições de comprar acabaram não comprando, não consumindo. E isso tem impacto também na economia brasileira.

A própria questão da imprensa brasileira, principalmente a rede Globo, em nível nacional, tem assumido uma doutrina, podemos dizer assim, uma doutrina partidária de enfrentamento ao nosso governo.

Isso é lamentável, isso também exige, deputados e deputadas, regras claras da própria imprensa brasileira. A imprensa brasileira está virando partido político, está assumindo doutrinas de partidos políticos e não o seu papel de esclarecimento, de contribuição, pois o papel da imprensa brasileira é esclarecer e trazer informações para o povo brasileiro.

Então, estamos aí nessa perspectiva, a nossa bancada, o Partido dos Trabalhadores, mas continuamos com muita confiança no Brasil e no que o nosso governo está fazendo.

A grande diferença do nosso governo, a estratégia do governo Lula, é justamente uma inversão na política brasileira, não é uma continuidade do plano real, muito pelo contrário. Em outros momentos, o governo passado, quando aparecia uma crise, vendia as empresas públicas brasileiras. O primeiro caminho era privatizar as nossas empresas públicas, mas o nosso governo está fazendo justamente o contrário. O nosso governo está incorporando, comprando parte do sistema financeiro que está em dificuldade no Brasil e fortalecendo as nossas empresas públicas, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Outra diferença é o investimento brasileiro, o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, que vem investir mais de R\$ 500 bilhões na infra-estrutura, para o Brasil poder continuar crescendo. Essas são as grandes diferenças.

Outra grande diferença é que mandamos embora o FMI aqui do Brasil. Eles não nos deixavam fazer investimentos! Então, essas são as grandes diferenças, principalmente, em política social, que para eles eram gastos, mas que para nós são investimentos. Isso nos dá a condição de até criar novas universidades.

Falei aqui, desta tribuna, sobre a criação da nossa Universidade Federal da Mesorregião Fronteira do Mercosul, já iniciando no ano que vem. Também temos condição de começar os projetos da construção de uma ferrovia, a ligação de Mato Grosso, Paraná, oeste de Santa Catarina, com a ferrovia do frango, para o litoral. Estamos aí executando os projetos de ligar todas as ferrovias do litoral catarinense, ligando todos os portos.

Então, essa possibilidade de investimento só se constitui, só se dá por concreto quando o governo brasileiro muda a sua estratégia e não fica refém do Fundo Monetário Internacional, que estava aqui dentro, mandando na nossa economia. Hoje temos um país que pode construir a sua economia, a sua autonomia, um país que vem construindo política de investimento, de geração de emprego, de valorização do salário, com investimentos na infra-estrutura, em políticas estratégicas da educação, nas nossas escolas técnicas federais, nas universidades públicas, para que possamos nos desenvolver e seguir outro rumo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, quero registrar a presença do vereador do município de Ipira, subtenente da reserva Nelson Kleemann, nosso companheiro policial militar que é vereador pelo PSDB. Também temos a presença do vereador da cidade de Anchieta, Ademir de Lima, nosso companheiro do PDT, e do vereador, presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Itá, Vitor Olimar Minella.

Muito obrigado, sra. presidente!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Da mesma forma, queremos registrar, com muita honra, a presença do nosso prefeito de Quilombo, Leonir Bigolin, do PP, e do vice-prefeito do PP, Neuri Brunetto.

Também registro aqui a presença dos nossos vereadores de Pinhalzinho: Pedro Arno Eckert, Valderi Zortéa, João Alfredo Schmatz; dos vereadores de Ipira: Rogério Anestor Spohr, Anderson Clair Schranck, Arlete Teresinha Huf, Genésio Stockmann e Nelson Kleemann; e de outros tantos vereadores de outros municípios da nossa região.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, quero também cumprimentar todos os vereadores que estão presentes. Não vou citá-los pelo nome porque são muitos. Mas quero fazer um cumprimento especial ao nosso vice-prefeito Neuri Brunetto, do PT, de Quilombo. Temos também na Casa o prefeito de Pinhalzinho, Fabiano da Luz, que nos está visitando.

Agradecemos pela presença de todos. E sejam bem-vindos!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Eu gostaria, da mesma forma, de saudar todos os vereadores e vereadoras que vão participar desse congresso. E saúdo aqui o nosso companheiro de Santa Helena, Valdir Casanova, vereador daquele distinto município da região do extremo oeste do estado de Santa Catarina.

A todos as nossas boas-vindas. Que todos se sintam bem nesta Casa e que tenham êxito no encontro do qual participarão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Esta Presidência registra e também parabeniza todos os vereadores, homens que são o alicerce fundamental de todos nós que estamos aqui.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sejam todos bem-vindos.

A vantagem dos vereadores, quando são dadas as boas-vindas pelo Padre Pedro Baldissera, é que é uma boa-vinda abençoada; então, o Padre Pedro Baldissera tem uma vantagem nas suas boas-vindas.

Eu apenas quero mais ou menos contribuir um pouco com o que disse o nosso deputado Dirceu Dresch sobre os juros.

Quando temos que assumir posições críticas, v.exas. sabem que eu assumo. Realmente chegamos numa das menores taxas de juros. E quero fazer coro, deputado Padre Pedro Baldissera, ao vice-presidente da República. Ontem vi o Serra falando dos juros, que precisam baixar. Mas quando eles estiveram no governo, não baixaram, e tivemos as mais altas taxas de juros.

Os juros brasileiros, na atual conjuntura, têm que baixar muito mais. Não é apenas um e meio que o Copom tem que baixar. Ou eles baixam mais, deputado Padre Pedro Baldissera, ou nós vamos fazer coro para envelopá-los e mandá-los para a Cochinchina, porque quem paga na realidade uma parte dos juros é o povo pobre, que está aí, dependendo de uma série de créditos.

Vemos que o setor bancário continua com a sua lucratividade, inclusive os bancos estatais. Estão aí o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, que possuem a sua ação social. No entanto, os juros têm que baixar mais, precisam continuar baixando.

O espírito vivo do José de Alencar e aquela equipe que muitas vezes tem uma decisão nitidamente de burocratas, que ficam atrás da mesa, têm que colocar o pé na estrada e ver a realidade brasileira.

Sabemos que o Brasil está numa situação confortável diante da crise que está aí, um quadro, um cenário que não esperávamos; porém, diante da realidade internacional, nós estamos bem. Mas estar bem não significa daqui a pouco estar na UTI. E o Copom teve uma intervenção, eu diria, cirúrgica, baixando os juros em 1,5%, mas precisa baixar mais. Vamos torcer para que na próxima reunião, deputada, chegue pelo menos a 2%; senão, temos que continuar batendo, porque é o povo mais necessitado, mais pobre, que paga por isso.

Ao mesmo tempo, gostaria de registrar, nesta Casa, que promovemos o lançamento do livro *Casa Azul*, da editora Asselvi. E queremos parabenizar o professor José. Esse livro foi organizado pelo professor Evandro André de Souza, lá de Rio do Sul, que conta a história, deputado Ismael dos Santos, da Casa Azul de Apiúna, que está na BR-470. Aquela casa foi construída pela família Odebrecht, e durante o século passado muitos tropeiros paravam naquela casa, porque era um local de passagem, um local de acomodação.

Quando vou pela BR-470, passo em frente a essa Casa Azul. Eu não conhecia a sua história, mas quando tive conhecimento promovi o lançamento desse livro.

Queremos parabenizar o professor Evandro, que foi o colaborador, o coordenador da elaboração desse trabalho, com mais 19 escritores. E parabenizo toda equipe, porque resgatar a história é manter viva a história do povo catarinense. É manter vivo aquilo que permite que hoje nós defendamos no nosso médio e alto vale.

Então, parabéns à editora Asselvi, que tem tido esse papel de resgate da história.

Como médico, também não poderia deixar de registrar que hoje é o Dia Mundial do Rim, deputado Serafim Venzon. E Santa Catarina é o primeiro estado brasileiro em transplante renal. E nesta semana, a equipe coordenada pelo doutor Rogério Moritz, nosso amigo e companheiro, mostrou claramente onde diversos transplantes de rim foram feitos. Santa Catarina continua dando exemplo nessa situação. Nós temos, segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia, uma média de 12 milhões de pacientes com doença renal crônica e desses 12 milhões temos uns 87 mil pacientes que dependem de hemodiálise, sendo que grande parte deles são oriundos da falta de controle do diabetes.

Só no ano passado, o setor de hemodiálise no Brasil consumiu do ministério da Saúde R\$ 1,3 bilhão. O problema não é a questão do investimento feito, é o nível de sacrifício que se submete o paciente com doença renal crônica, eis que precisa estar duas ou três vezes por semana diante de máquinas para manter a sua sobrevivência.

Então, parabéns à equipe do dr. Rogério Moritz, que tem dado esse exemplo, aqui, em Santa Catarina. E é bom ressaltar que os transplantes de órgãos no Brasil são bancados pelo Sistema Único de Saúde, assim como quase 100% da hemodiálise é bancada também pelo SUS.

Nós aqui como médicos fazemos esse registro e pedimos ao povo catarinense que continue com os seus programas de intervenção, indo anualmente ao posto de saúde, fazendo o exame de controle do diabetes; pedimos que façam exercício, dieta, para que não sejam mais um doente renal crônico.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Neste momento, passo a palavra ao doutor deputado Serafim Venzon, que é urologista, um especialista na área. E temos o prazer de tê-lo como companheiro, neste Parlamento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Jailson Lima, eu queria aproveitar aqui para saudar, no Dia do Rim, todos os médicos urologistas, nefrologistas, que fazem esse belo trabalho que v.exa. apresentou e que está-se destacando em todo o estado de Santa Catarina.

Tenho uma coisa importante a colocar. Hoje um grande número de cirurgias renais poderia ser feitas de uma forma menos invasiva, se a secretaria da Saúde adquirisse material para videocirurgia, para cirurgia percutânea, e instalasse esses aparelhos nos nossos hospitais estaduais, seja aqui ou no interior. Já há um processo caminhando, já foi feita a licitação. Deputado Jailson Lima, faz um ano e pouco que estão dizendo que está pronto, que está quase pronto, que está em andamento, mas o fato é que para o doente ser chamado para fazer a cirurgia menos agressiva ainda não está acontecendo.

Então, o estado não pode ficar tão longe e atrás, digamos, da iniciativa privada.

Hoje os pacientes que têm dinheiro vão no setor privado pagam e são atendidos por videocirurgia ou por cirurgia percutânea.

Infelizmente, nos hospitais públicos, o médico hoje não pode mais misturar clínica privada com a parte pública, ou seja, nos hospitais públicos não existem esses equipamentos, e eles não podem fazer esse tipo de cirurgia. Existe pessoal treinado para fazer, mas não podem fazer.

Então, eu queria pedir o seu apoio, dos nobres Pares, dos urologistas de Santa Catarina para que de fato possamos disponibilizar esses equipamentos para a população que precisa muito.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Serafim Venzon, estou de pleno acordo porque, na realidade, as cirurgias videolaparoscópicas precisam de equipamentos que normalmente os médicos compram, e precisamos ter isso no SUS, sim. Vamos aproveitar e conversar com o secretário da Saúde, que é do seu partido. Sabemos da vontade do secretário Dado Cherem, mas se levou um ano e meio, e se levar mais um ano e meio, em 2010 a senadora Ideli Salvatti vai ser governadora do estado e aí vamos dar um jeito de comprar esse equipamento.

Como médicos, não podemos deixar o estado e o paciente do SUS à mercê desse cenário, só dependendo de quem tem equipamentos para ter uma tranquilidade do ponto de vista cirúrgico, porque sabemos que isso acontece.

No entanto, quero parabenizá-lo pela intervenção e também é importante registrar que Santa Catarina é um dos estados que mais fizeram cirurgias bariátricas, aquelas para redução de estômago, quando falamos na questão de transplantes, também bancadas pelo SUS. No Brasil, no ano passado, ocorreram mais de três mil cirurgias, e esperamos que isso se incremente, porque esses pacientes também sofrem muito.

E para finalizar, deputada Ada De Luca, esta nossa intervenção, porque ela teve uma variável, é necessário baixar-se mais a taxa de juros, deputado Padre Pedro Uczai.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Em função do tempo, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Inscrito o deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS

SANTOS - Sra. presidente, srs. deputados, eu gostaria, inicialmente, de saudar o reverendo Damasceno, que visita nesta manhã esta Casa e é representante dos Gideões Missionários da Última Hora, uma agência meritória na área social, na área missionária, quiçá responsável pelos vários barcos de atendimento à população carente no Amazonas. Parabéns pelo trabalho e obrigado pela presença nesta Casa.

Também cumprimentando os nossos vereadores que aqui se fazem presentes, representantes de diversas cidades do estado de Santa Catarina, que participam deste encontro da Uvesc - União de Vereadores de Santa Catarina. E também como ex-vereador, durante três mandatos na cidade de Blumenau, sentimo-nos honrados com a presença dos vereadores nesta Casa.

Eu escrevi há algum tempo uma obra chamada *Ética e Estética na Voz Parlamentar*, exatamente discutindo a questão do papel do vereador nas nossas Casas Legislativas

municipais, e dizia naquela ocasião que se espera de um representante público municipal no Legislativo, de um vereador pelo menos três virtudes: liderança comunitária, que saiba transitar na comunidade porque o vereador não é vereador de si próprio; que tenha diálogo permanente com essa sociedade e capacidade para buscar as respostas que os nossos municípios procuram nas suas demandas.

Parabéns aos vereadores, sucesso neste encontro em que se discutem as idéias sobre o papel do vereador, lembrando que política realmente é coisa séria, porque as decisões políticas repercutem de forma imediata sobre a vida de toda população.

Sra. presidente e srs. deputados, preciso retomar nesta Casa o debate sobre a BR-470, que diz respeito a todos os catarinenses, deputado José Natal, porque 40% da economia de Santa Catarina passam por essa rodovia. A BR-470 foi projetada para um tráfego de no máximo dez mil veículos e hoje passam por ela uma base de 25 mil veículos, chegando, em determinados momentos do dia, a ter um empate técnico com a BR-101 no que diz respeito ao movimento de carros.

Pior do que isso, os jornais traziam recentemente uma manchete que certamente preocupa-nos. Nos últimos nove anos, a BR-470 contabilizou 917 vítimas fatais. Novecentos e dezessete catarinenses perderam sua vida na BR-470 nos últimos nove anos, uma média de quase 100 mortes por ano. É bem verdade que no ano passado, por volta do mês de julho, tivemos a visita do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que lançava um edital para a duplicação de 74 quilômetros de Navegantes até Indaial. É muito pouco, sabemos, pois precisamos, no mínimo, deputado Reno Caramori, chegar até Curitiba. Mas, infelizmente, de lá para cá, já faz quase um ano, esse assunto silenciou, não se falou mais nesse edital de duplicação da BR-470.

Entendo que cabe a esta Casa, sim, a este Parlamento chamar a atenção das autoridades em nível federal para que isso venha a acontecer. Afinal de contas, a duplicação da BR-470 é para nós não só uma obrigação moral, uma obrigação política, mas também uma obrigação econômica. O futuro da economia de Santa Catarina continua passando necessariamente pela BR-470, e nós estaremos aqui praticamente em todas as sessões cutucando as autoridades federais para que tenhamos uma resposta satisfatória sobre a duplicação da BR-470.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, colegas deste Parlamento, telespectadores da TVAl e ouvintes da Rádio AleSc Digital, quero cumprimentar o prefeito de Jaguaruna, Inimar Felisbino Duarte, e a sua esposa, Janice, grandes guerreiros que se fazem presentes nesta Casa. Sejam bem-vindos!

(Passa a ler)

"Neste domingo, dia 15, comemorase o Dia Internacional do Consumidor e os 18 anos de vigência do Código de Proteção e Defesa do Consumidor brasileiro, que chega à sua maioridade e é motivo de reflexão para todos nós.

O Código do Consumidor, como foi abreviado, veio com a Lei n. 8.078, promulgada em 11 de setembro de 1990. E

como a data sugere, 11 de setembro veio para mudar as nossas vidas, tendo vigência a partir de 10 de março de 91.

Os brasileiros ganharam uma das mais modernas leis do mundo, que mantém tais características mesmo 18 anos após a sua efetiva implementação. Da sua vigência em diante, o consumidor brasileiro - o brasileiro simples -, a parte mais frágil na relação entre quem compra e quem vende - sejam produtos ou serviços -, conquistou amparo e respaldo legal. Pode parecer pouco para muitos, mas é muito.

As mulheres sabem bem o que é o dia-a-dia da vigilância aos preços, a qualidade dos produtos, a atenção em relação aos abusos. As donas-de-casa sempre foram pioneiras nos movimentos em defesa do consumidor, por todos os cantos, e ainda está bem fresca na memória de todos a época do boicote à carne, no governo Sarney.

A monitoração sobre a qualidade de produtos e serviços que faz parte da vida diária dos consumidores é o ponto central da defesa do consumidor. Essa é uma questão cultural que tem a ver com a educação das pessoas.

O Código normatizou, por exemplo, a questão dos 10 direitos básicos, que são:

- 1 - Proteção à vida e à saúde;
- 2 - Educação para o consumo;
- 3 - Escolha de produtos e serviços;
- 4 - A informação;
- 5 - Proteção contra publicidade enganosa ou abusiva;
- 6 - Proteção contratual;
- 7 - Direito à indenização;
- 8 - Acesso à Justiça;
- 9 - A facilitação da defesa de seus

direitos;

- 10 - A qualidade dos serviços públicos.

Vou citar duas conquistas que foram possíveis com a união dos consumidores. Em 1995, um grupo de donas-de-casa aqui de Florianópolis passou a lutar contra a redução das multas cobradas por atraso em contas, como as de luz, água, telefone, prestações em geral, que era de 10% sobre o valor da fatura. Mas a campanha ganhou adesões em Belo Horizonte, São Paulo e Curitiba. Foram colhidas mais de 100 mil assinaturas em favor da campanha.

Elas conseguiram chegar ao então presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Congresso Nacional; e as multas foram reduzidas de 10% para 2%, trazendo benefícios a todos os consumidores brasileiros.

Noutra campanha memorável, o IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor -, de São Paulo, entrou na Justiça contra a Febraban, a federação dos bancos, reclamando o direito de recuperação a perdas das cadernetas de poupança. A ação foi adiante, e agora são os bancos que tentam repassar, também na Justiça, a conta a ser paga aos consumidores que pretendem deixar para o governo, via Banco Central.

Hoje o consumidor tem direito a reclamar em centrais telefônicas das empresas, conhecidas como *call centers*; têm até o direito assegurado ao atendimento rápido. Mas é bom lembrar que as ligações gratuitas, via 0800 (zero oitocentos), estão sendo transferidas para 0300 (zero trezentos), cujas ligações são pagas pelo consumidor. Temos que ficar atentos à mudança que é lesiva ao consumidor.

Hoje temos os *recalls*, ações voluntárias de fabricantes da indústria automobilística que colocam o aviso sobre aquela peça do carro 'x', do ano 'x' que veio com defeito, para que os consumidores façam a troca. Tudo isso foi conseguido através da

fiscalização. Mas há situações em que só com ações na Justiça essas falhas acabam sendo reconhecidas e depois geram indenizações vultosas. Por isso, agora tomam a providência de colocar o anúncio na televisão.

No âmbito do Executivo, o consumidor catarinense também conta com o apoio do Procon. É um órgão que promove pesquisas, oferecendo informações sobre preços. A função mais forte do Procon, no entanto, é o registro de queixas do consumidor, a busca de acordos extrajudiciais e o encaminhamento de ações judiciais quando isso não é possível.

As queixas mais frequentes registradas são sobre serviços de telefonia, os produtos defeituosos, a não-entrega de produtos, as falhas na prestação de serviços, as cobranças bancárias indevidas, as antecipações de financiamentos, os contratos não cumpridos e o descumprimento de abrangências de garantia.

Para encerrar, quero parabenizar os trabalhadores de entidades de defesa do consumidor e dos Procons por esses 18 anos de luta, e para isso cito Henry Ford: 'O consumidor é o elo mais fraco da economia, e nenhuma corrente pode ser mais forte do que o seu elo mais fraco'.

Muito obrigada!"

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O Deputado Elizeu Mattos usará os minutos restantes do PMDB. Neste momento, passo a Presidência à deputada Ada De Luca.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. Presidente, srs. deputados e sra. deputada, antes de iniciar a minha fala, queria registrar a presença de vereadores e lideranças do município de Bom Retiro, que hoje participam do encontro de vereadores nesta Casa e, neste momento, visitam o plenário da Assembléia Legislativa.

Damos as boas-vindas às nossas lideranças e aos vereadores do município de Bom Retiro!

Hoje pela manhã estava escutando em uma rádio nacional, deputado Padre Pedro Baldissera, uma discussão sobre o que é crime eleitoral e o que não é crime eleitoral. É uma matéria bem interessante em que também se comentava, deputado Padre Pedro Baldissera, essa questão de campanha institucional, se é crime ou não a campanha antecipada numa eleição. É o que está ocorrendo hoje, quando estamos discutindo aí o processo do governador Luiz Henrique da Silveira e de alguns outros governadores, em que se quer caracterizar ou fazer com que a propaganda institucional de governo se transforme em crime eleitoral.

Nessa discussão não se falou em nomes de governadores, deputado José Natal, em momento algum. Mas isso deixa-nos bastante preocupados, porque não sabemos mais o que é ou não crime eleitoral, o que podemos fazer ou não podemos fazer. Não sabemos! Então, deputado Professor Grando, cada juiz pode pensar uma coisa diferente. Em certo momento, a sua opinião, a sua expressão e a sua decisão são diferentes.

Eu escutava essa rádio que discutia a questão de alguns governadores, não citou nomes, com processos no Tribunal Superior Eleitoral para serem julgados, ou já foram julgados, deputado Ismael dos Santos, e falavam que o Tribunal Superior Eleitoral tem um baíta pepino na mão nos próximos dias. Dependendo do tipo de julgamento que der no Tribunal Superior Eleitoral, isso pode refletir nas candidaturas à Presidência da República.

Essa discussão foi feita sem citar nomes, porque se caracterizar a propaganda institucional de governo como crime para cassar um governador ou qualquer um que seja, um prefeito, todos os pré-candidatos - e não sou eu que digo - à Presidência da República, estão cometendo crime, todos sem exceção, porque se usa propaganda institucional para mostrar o que fez e há, inclusive, propaganda institucional em estados - e vou me referir - que já virou propaganda institucional em revista e em televisão em nível de Brasil.

A propaganda institucional é para mostrar o que o governo ou administração fez. O governo Lula tem a propaganda institucional Brasil Para Todos e só não mostra o que fez e o que está fazendo, mas também já está mostrando o que vai fazer, que é o PAC. Isto nos leva à reflexão do que é crime ou não.

Com relação à questão do governador Luiz Henrique, aqui em Santa Catarina, em minha opinião, deputado Professor Grando - e sou economista, não sou jurista -, o governador Luiz Henrique fez propaganda institucional, sim, mas fez e mostrou aquilo que estava realizando, que para mim é nada mais nada menos do que a obrigação do governante de prestar contas ao cidadão do que está sendo realizado. É o que eu penso, é a minha maneira de pensar.

Esse caso do Luiz Henrique é preocupante, porque se o governador cometeu algum crime, for condenado por algum crime, desculpem-me os pré-candidatos que estão-se apresentando, mas nenhum deles vai poder ser candidato a presidente da República, ou teremos um peso e duas medidas para cada caso, porque todos se beneficiam.

Não vou citar nomes, mas todos sabem quem são os candidatos que se beneficiaram de um programa institucional. Há propaganda institucional que rompeu barreiras, deputado Adherbal Deba Cabral, das divisões do seu estado e já está em nível nacional.

Então, isso é muito preocupante e acho que cabe uma reflexão. As coisas têm que ser mais claras, temos que ter uma disciplina do que podemos e não podemos fazer. Daqui a pouco, com a minha entrevista numa rádio, ou se o deputado Reno Caramori for dar uma entrevista, alguém pode achar que essa entrevista é uma propaganda antecipada da qual vamo-nos beneficiar. Algum juiz pode achar que o deputado está-se beneficiando de um processo eleitoral que ainda vai chegar.

Aconteceu comigo no passado, quando saí da secretaria de Desenvolvimento Regional - e recebi isso com grande surpresa -, não sabia se seria candidato ou não, deputado Professor Grando. E num jornal de circulação da nossa região, o *Correio Lageano*, várias pessoas fizeram uma mensagem de agradecimento normal. E o que mais me assustou é que fui multado. E naquele mesmo jornal, um dia depois, outro cidadão também recebeu igualmente as mensagens e eu fui condenado e o outro foi inocentado, com um dia de diferença, no mesmo tribunal. Quer dizer, se é crime para um, deveria ser para o outro também. Eu não entendo, para mim foi crime, mas para o outro não foi crime.

Portanto, acho que os culpados somos nós, porque as leis têm que ser mais claras, pois daqui a pouco os tribunais vão começar a legislar, e já estão legislando, porque nós não temos leis claras, não sabemos o que é uma lei. Cada um faz a interpretação da maneira que quer, e as coisas caminham para esse lado. Então, nós, os políticos, sentimos uma insegurança total ao fazer uma campanha.

Por isso, uso o horário do partido, hoje, para fazer essa reflexão, pois ela cabe a todos nós. Não temos aqui que dizer que vamos cassar por cassar, para assumir o poder de outra maneira. Não é isso! Vamos fazer uma reflexão séria para que tenhamos leis mais claras neste país. Estamos aqui na Casa de Leis e temos que ter muito cuidado com a redação de uma lei, porque conforme a maneira como ela é elaborada, cada um pode interpretar de um jeito aquela lei que vamos votar. E os culpados por esse tipo de interpretação, por essa dúvida, por essa insegurança que está sendo gerada no Brasil - e nós aqui temos vereadores visitando-nos e sabem do que estou falando - somos nós. O culpado é o Congresso Nacional, sim, os deputados, os senadores, somos nós, que não sabemos fazer uma lei para interpretarmos. Nós fazemos as leis que nem nós sabemos explicar o que é aquela lei, e cada um interpreta como entende. E isso é muito perigoso.

Num processo democrático, na democracia, é muito perigoso. Daqui a pouco, nessa interpretação, o que menos vai valer nessa questão é o voto do povo, e o que menos vai ter valor é o povo. No entanto, a democracia é totalmente o inverso disso, pois o que mais vale é o povo. Só quem pode arrumar alguém ou tirar alguém do poder é o povo, a menos que haja um crime claro, que a pessoa tenha burlado, forçado ou comprado voto, que é crime claro, ou que usou outros meios para chegar ao poder.

Então, deputado Antônio Aguiar, isso vale para todos nós. Agora temos que solicitar que haja a jurisprudência. Não pode um juiz decidir uma coisa e outro, no dia seguinte, dentro da lei, na mesma Corte, dar outro tipo de encaminhamento, de interpretação de uma lei.

Isso eu tenho acompanhado e hoje, com a *internet*, ficou mais fácil. O que vejo é o seguinte: a jurisprudência acabou. Aquilo que foi julgado ontem, que teve uma interpretação no tribunal, hoje não é mais interpretado da mesma forma.

Portanto, nesta manhã de quinta-feira, faço essa reflexão para todos nós termos segurança na nossa empreitada, na nossa caminhada de políticos, porque daqui a pouco nós podemos até ter o povo, mas por interpretação da lei, nós não vamos estar nem vamos chegar aqui.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Padre Pedro Baldissera, igual ao nosso deputado Sargento Amauri Soares, que fez aquela plaquinha da Lei n. 254, vamos fazer uma dizendo: "Os juros têm que baixar mais. PT, saudações e Dilma, saudações".

Mas estou fazendo essa intervenção, porque é importante ressaltar um artigo da revista britânica de economia, um dos principais documentos da economia inglesa, a *The Economist*, que diz o seguinte, deputado Padre Pedro Baldissera e deputado Adherbal Deba Cabral, v.exa. que tem estado sempre presente aqui:

(Passa ler.)

"Matéria da revista inglesa *The Economist* publicada na semana passada reconhece o equívoco de um dos principais pilares do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB): a venda indiscriminada de empresas e bancos estatais. No texto, a publicação afirma que até pouco

tempo no Brasil, acreditava-se que um dos fatores prejudiciais à economia brasileira seria a influência estatal no setor financeiro."

Aliás, isso se dizia no mundo inteiro: dê ao mercado a liberdade que eles resolvem tudo.

(Continua lendo.)

"Segundo a revista, entretanto, esse controle estatal é o que dá hoje ao país uma situação favorável perante os demais países e, diante da crise mundial, confere uma 'situação favorável incomum ao Brasil'.

A matéria se refere à manutenção da gestão estatal, por parte do governo Luiz Inácio Lula da Silva, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), instituições financeiras líderes de empréstimos para empresas e que FHC tentou, sem sucesso, privatizar.

Outros países estão tentando descobrir como alavancar bancos e direcionar o crédito para as necessidades identificadas. Isso é algo que o Brasil faz, inclusive quando não era 'moda'. Nos bancos privados, as exigências de depósitos e garantias para financiamentos os impediram de correr os riscos financeiros que acabaram por derrubar bancos na Europa e nos Estados Unidos. Até agora, o crédito do Brasil foi 'mordiscado', mas não 'triturado', destacou o texto.

A matéria também sustenta que, na comparação com seu passado recente e na comparação com outros países, a economia do Brasil está em boa forma. 'O FMI prevê que somente os países em desenvolvimento na Ásia, África e Oriente Médio terão melhores resultados em 2009. Em comparação com o contexto anterior, no qual o Brasil sofria uma parada cardíaca a cada estresse de outras economias, isso é impressionante", diz o texto.

"O texto aponta ainda que as razões para a melhoria do crescimento do país estão fortemente atreladas à melhoria do nível da dívida do setor público, que foi um ponto fraco e agora se mantém abaixo dos 40% do PIB, e a outros fatores. 'Os empréstimos em moeda estrangeira foram trocados principalmente por títulos em reais.

Além disso, o país acumulou US\$ 200 milhões em reservas internacionais para defender o real; seu déficit em conta corrente é pequeno e, o mais importante, a crise não está aumentando a inflação. Isso permite que o Banco Central reduza a taxa básica de juros da economia, permitindo um custo mais barato para a dívida pública. É a primeira vez que o Brasil adota uma política monetária anticíclica', afirma o texto."

Deputado Antônio Aguiar, nós podemos ver que o Brasil está fazendo escola. Esta importante revista de economia britânica, deputado Padre Pedro Baldissera, mostra que não apenas estamos fazendo a lição de casa, mas aquilo que combatíamos em relação à privatização e que nesta Casa debatíamos inúmeras vezes.

Deputado Padre Pedro Baldissera, já imaginou se uma empresa como a Vale do Rio Doce hoje pertencesse ao povo brasileiro e fizesse um processo de alavancagem da política industrial, o quanto este país não seria diferente? No entanto, uma empresa como aquela foi dada gratuitamente, entregue e financiada pelos bancos públicos.

Esta é a diferença do Brasil do Lula e da Dilma Rousseff, do Brasil do passado que vendia tudo, entregava as calças e, às vezes, nem entregava, vendia sem entregar porque não tinha crédito, era caloteiro, inclusive.

Srs. deputados, hoje quando vemos isso nos entusiasmamos. Sabemos que a crise está afetando o Brasil, sim, porém estamos conduzindo. E quando o autor do artigo diz que

o Banco Central está adotando políticas anticíclicas, o juro tem que baixar mais ainda, deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Quero dizer que no centro da crise que nós vivemos em nível mundial, está exatamente o modelo neoliberal, capitalista, concentrador, excludente, que tem historicamente desgraçado a vida de milhões e milhões de pessoas. Esse sistema, esse modelo, é que está falido. Aliás, inicia a sua falência exatamente na sua origem: Estados Unidos e Europa.

Como v.exa. tem ressaltado, o presidente Lula fez a lição de casa. Se nós olharmos para um passado recente nós tínhamos a idéia de fazer o quê? O bolo crescer para você distribuir depois. Lula faz diferente, distribui a renda através das diferentes políticas públicas para melhorar a qualidade de vida do povo. Então, inverte exatamente a forma e a maneira de fazer a política pública.

Neste sentido, quero parabenizar v.exa. pelo tema que traz a este plenário neste momento de debate e reconhecer que o país sob o comando do trabalhador presidente Lula está no caminho certo. Tem mudado e transformado significativamente a vida de muitas pessoas, diminuindo o número daqueles que mais ganham, que mais tem a renda concentrada daqueles que menos ganham e que menos oportunidade tiveram.

Parabéns! Obrigado pela oportunidade!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Nobre deputado, suas intervenções sempre contribuem muito com o debate, não só por ser um companheiro do partido do PT, mas pela percepção social que tem deste processo quando relativa o debate. Ao mesmo tempo, deputado Padre Pedro Baldissera, o PSDB vem recomendar que o nosso governo faça um gabinete anticrise, como Serra recomendou para a ministra Dilma Rousseff.

A crise, como diz a ministra Dilma, tem que ser combatida por toda a nação brasileira, ela tem que ser visualizada por todo o governo e toda equipe. O médico quando analisa o paciente não olha apenas uma doença. Um bom profissional tem que examinar o corpo do cidadão como um todo. Não adianta querer olhar apenas uma ferida.

O nosso governo tem olhado bem isso. Como diz a ministra Dilma, não precisa fazer o gabinete de combate ao apagão, como fizeram no governo passado. Até mesmo como eu disse nesta Casa, a Dilma, a mãe do PAC, tem dado a luz pelo Brasil inteiro sempre com boas novidades, com ações e com obras mostrando a cara do Brasil governado por um trabalhador metalúrgico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Desejo registrar a presença neste plenário da vereadora Rosane Antunes Pires Infeld, de Zortéa, do PP, que vem participar do congresso de vereadores. Sinta-se à vontade, pois está na Casa do Povo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero registrar que hoje vários vereadores nos visitam, são eles: Edson Pasold, presidente da Câmara de Vereadores de Otacílio Costa; Milton José Matias, Maria Sonei, Carlos Schneider, Amadeus Boaventura Pereira, Valério Luccman, João Pedro Velho, vice-prefeito, Adilson Paes de Souza, secretário de Finanças e Dirlei Rocha, assessor. Bem como os vereadores de Palmeira, Valter Sasso, Rui Tadeu Andrade, presidente da Câmara e o Celito Baldessar, juntamente com o Beto, assessor, que também estão participando do congresso aqui na Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar os vereadores que vieram a este encontro, principalmente os de Papanduva, que numa missão suprapartidária estiveram em meu gabinete. Parabéns a Papanduva pelos vereadores que têm e pelas idéias, motivações que nos trouxeram a esta Casa. Sejam bem-vindos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Como esta Presidência também já se pronunciou, mais uma vez quero desejar a todos os vereadores e prefeitos, que são o alicerce desta Assembléia, um bom convívio no dia de hoje na Casa do Povo. Parabéns.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, vereadores de todos os partidos, de todos os rincões de Santa Catarina que estão na capital dos catarinenses e na Assembléia Legislativa tratando de assuntos inerentes as suas cidades e à vida do vereador no dia-a-dia através da Uvesc.

Sejam todos bem-vindos! Com certeza absoluta o evento deverá ser um sucesso em favor daquilo que pensam, em favor da vereança que vivenciei por cinco mandatos. Sucesso a todos!

Mas, sra. presidente e srs. deputados, eu estava ouvindo atentamente o pronunciamento do deputado Elizeu Mattos com relação à questão da propaganda institucional e, para resumir tudo o que ele disse, ele quis ser simpático e não citou nomes. Mas eu acho que temos que citar nomes! E o primeiro nome a ser citado, dentre todos eles, é, com certeza absoluta, o do presidente Lula! Porque se a Justiça realmente fizesse o que a lei determina, o presidente já teria sofrido diversos processos por propaganda político-eleitoral antecipada! Ele nada mais tem feito, no último ano, um ano e meio, a não ser propaganda político-eleitoral!

Ele fez um convite aos prefeitos deste Brasil inteiro para um passeio patrocinado com o dinheiro do povo. Ele chegou a montar um boneco dele e da ministra Dilma Rousseff, colocando-o à disposição de todos os prefeitos para baterem fotos em favor da ministra. Isso não é propaganda eleitoral antecipada?! É, com certeza absoluta!

E se a Justiça verificasse realmente isso aos olhos da lei, já teria que ter dado um puxão de orelhas no presidente Lula! Já teria que, a partir de agora ou do ano passado, ter decidido que ela não poderia ser candidata à Presidência da República, se é que ele pretende que ela seja, porque já cometeu diversas infrações político-eleitorais ao fazer propaganda antecipada para a ministra Dilma Rousseff e tantos outros. É lógico que nesse contexto há governadores, há prefeitos, há tudo quanto é coisa.

Até agora, eu, como deputado, não fiz nenhum informativo porque tenho medo, sei que a lei realmente proíbe e não tenho ninguém na área especializada. Mas em nível de Brasil, o presidente Lula não tem feito outra coisa senão propaganda eleitoral político-partidária todos os dias, neste país. E, no ano passado, quando eu, o meu ex-líder, que está chegando agora, deputado Marcos Vieira, e alguns outros deputados do PSDB e de outros partidos chegamos nesta tribuna e mostramos os jornais do dia apontando que a inflação estava começando realmente a explodir e a desencadear, fomos, como se diz na gíria, gozados por alguns deputados, pelos deputados do PT, que têm a missão de defender o presidente Lula nesta Casa, como nós também defendemos o governador Luiz Henrique e o nosso vice-governador Leonel Pavan, com muito orgulho. Mas eles disseram que nós estávamos realmente rogando, como diz o outro, para que as coisas não dessem certo.

O PSDB está percebendo, e alertando, no dia-a-dia, na Câmara e no Senado, que houve realmente neste país uma disparada da inflação e que este governo não conseguirá mais segurar! Não vai segurar, lamentavelmente!

Eu não queria dizer isso. Eu gostaria de vir aqui e reclamar do presidente Lula, da sua equipe por outras coisas, porque a questão da inflação não vai beneficiar o deputado José Natal, não vai beneficiar os políticos, lamentavelmente. É bem como aquele ditado popular: a corrente sempre arrebenta do lado mais fraco. Ela arrebenta em cima dos mais fracos! E o mais fraco é a classe assalariada, que já está perdendo o emprego!

Srs. deputados, de janeiro até agora, no estado de São Paulo, a indústria já desempregou 3,9% da força de trabalho, fora os pequenos empregos. E talvez o deputado Jailson Lima tenha vindo aqui ler um documento para dizer que o país começou a caminhar para uma situação que nós não queremos. Ninguém quer, independentemente de partido político! Jamais alguém tem, no meu entendimento, a pretensão de dizer que a inflação é um bom negócio por causa de questão político-partidária. Só um insano poderia fazer política pensando nisso, e nós não queremos porque sabemos que a classe assalariada é a que será mais prejudicada.

Então, querer agora imputar ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como mais ou menos tentou colocar o deputado Jailson Lima, o sucateamento do país, a venda do país e não sei mais o quê, é um absurdo! Isso é querer maquiagem, disfarçar o lado ruim do governo Lula, o que nós, realmente, não queremos vivenciar.

Este governo tem que fazer o seguinte: colocar dinheiro no mercado e ajudar as pequenas empresas. Mas ele criou 25 mil cargos comissionados desde que entrou até agora! Vinte e cinco mil cargos comissionados o governo Lula criou em seu segundo mandato! Isso é um absurdo!

E agora tivemos o grande escândalo dos funcionários públicos do Senado, que ganharam hora extra no mês de janeiro. Será que trabalharam? Porque, segundo eu li, não existe ponto, o gabinete foi quem informou que o funcionário fez hora extra. E os senhores sabem quanto foi pago para esses funcionários que fizeram hora extra, esses 3.833 funcionários do Senado Federal? Mais de R\$ 6 milhões! E aí os deputados federais que trabalham, os vereadores que trabalham e que são o pára-choque dos problemas, quando é feita uma análise política, são todos jogados

na vala comum. O vereador, que é o que mais luta, também é jogado na vala comum porque a política é isso ou aquilo, porque lá em cima quem deveria dar o exemplo não dá. E quando o presidente Lula quis amparar o batalhão de choque dele que era grande, deveria ter olhado a coisa com mais...

Todo mundo neste país sabe quanto a turma das sanguessugas desviou. O famoso "valerioduto"! E tudo isso contribuiu para o país se encontrar, lamentavelmente, no patamar em que se encontra. E digo que o PSDB, desde o primeiro ano de governo do presidente Lula, vem tentando dar o norte e dizer como as coisas estavam e como deveriam começar ou continuar. Muitas coisas foram aproveitadas. Nem tudo, já disse isso aqui, é culpa do próprio presidente, porque controlar tudo não é fácil, às vezes confia-se numa pessoa para conduzir com retidão e ela nos engana. E eu tenho certeza de que - sou obrigado a dizer aqui - o presidente Lula já foi enganado por diversas vezes por pessoas em quem ele confiou, como também o foi Fernando Henrique e o presidente cassado Fernando Collor.

Mas na questão da inflação o presidente tem culpa, sim, porque há muito tempo a sociedade brasileira, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, vem dizendo que nós não conseguimos suportar a taxa de juros deste país. Ontem, num momento de desespero, porque sabe que a marola que ele falou virou *tsunami*, para não ver todos os barcos virarem de cabeça para baixo naquele *tsunami*, resolveu baixar a taxa Selic em 1,7%, se não me engano. Isso vai ajudar, não há dúvida, mas aqueles que já quebraram, como é que ficam? Porque muitos pequenos empresários não suportaram e quebraram.

Quero deixar registrado que o PSDB deu o norte e, por arrogância, por incompetência, perderam. Já sabíamos antecipadamente que a crise mundial afetaria o nosso país e as providências que deveriam ser tomadas não foram tomadas, levaram na gozação, no discurso, no oba oba, no dia-a-dia, para mostrar para o povo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, eu gostaria de saudar todos os vereadores por esse encontro estadual e dizer o quanto ele é importante no atual momento, quando o povo e seus representantes sabem onde o sapato mais aperta. Então, o trabalho político mais gratificante, não restam dúvidas, é o do vereador. Eu comecei como vereador e sei quanto é importante esse trabalho para o crescimento da comunidade, no sentido de ela ter o seu representante lutando no poder local, que é a nossa prefeitura, dando uma consciência política mais ampla, para que se possa consolidar a democracia.

Mas, sra. presidente e srs. deputados, pelo que nós escutamos hoje, nesta Casa, é como se no Brasil estivessem, de um lado, de forma maniqueísta, aqueles que são bons e do outro lado aqueles que não são bons. Como se o Brasil estivesse dividido em duas partes: nós agora estamos fazendo, antes não foi feito. E aqui se falou muita bobagem. Uma delas foi dizer que quem começou a privatização e desgovernou este

país foi Fernando Collor, que hoje é senador e grande aliado do atual presidente da República e do partido que governa com os seus aliados partidários.

Eu sempre trabalhei com a política dentro da realidade. Na social democracia, seja através do PSDB ou do PT, não há diferenças, a mesma formulação econômica está em vigor. Quem não sabe do Plano Real, do Banco Central, dos seus posicionamentos, da questão da globalização, da questão da política de incentivos fiscais? Tudo está sendo administrado da mesma forma, inclusive com os desvios do "mensalão" e tantas outras coisas que ocorreram. O importante é saber que o povo pensa, é inteligente e sabe que pode ter alternativas políticas, que pode escolher o menos ruim, porque é isso que está ocorrendo em nosso país.

Nada melhor, então, do que as eleições, porque assim o povo analisa. É importante que os parlamentares coloquem o seu posicionamento, mas nós, partidariamente, temos uma análise da situação da crise. Independentemente da questão partidária, hoje, a posição política mais coerente e correta é a da unidade. E é uma posição partidária defender essa unidade. Por quê? Porque todos nós temos que enfrentar esse desafio, porque quem vai sofrer mais será o trabalhador com o seu salário, com o desemprego, que é esse câncer do sistema capitalista.

Nós não estamos aqui discutindo, até porque estatização não é sinônimo do socialismo que nós defendemos como Partido Popular Socialista. Não se trata de estatizar, mas de dar o poder, realmente, à população acerca dos benefícios que podem ser trazidos. Mas o importante dessa unidade, hoje, é sabermos que o que vem pela frente será muito pior do que o momento atual. Alguns acham que as coisas vão piorar até a metade do próximo ano ou até o final do próximo ano.

Meus amigos deputados, quem está analisando politicamente sabe que os países do leste europeu sequer entraram nessa crise ainda. No momento em que os países do leste europeu começarem a entrar nessa crise, como o Brasil está entrando e tantos outros países, os senhores saberão o que será deste mundo?

Então, nós temos que nos preparar para o pior, porque ele poderá acontecer. E se o pior não acontecer, melhor ainda, mas estaremos preparados. Essa é a política do momento, a unidade de todos os partidos políticos, porque se trata da possibilidade de um colapso social, são as futuras gerações que estão em jogo. É a questão do emprego, da educação, do ensino, da tecnologia, da energia limpa, da nova fórmula de desenvolvimento, da preservação do meio ambiente, das liberdades políticas, porque quando há crise política, o que mais cresce são as soluções da direita, são as soluções de exceção e soluções particulares, nós já vimos isso.

Era isso o que eu queria dizer, sra. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente, sra. deputada e srs. deputados, quero aproveitar o momento para cumprimentar todas as sras. vereadoras e srs. vereadores que participam do congresso ora em andamento na capital.

Srs. deputados, eu li o jornal *A Notícia* muito cedo, de manhã, porque eu o

recebo na minha casa às 6h. Então, a primeira coisa que eu faço é lê-lo. Mas eu fiquei surpreendido com a notícia da coluna do nosso grande jornalista Cláudio Prisco Paraíso.

E, para reflexão, como nem todos conseguem ler o jornal *A Notícia*, mas muitos conseguem assistir à TVAL e escutar o Rádio Alesc Digital, eu vou fazer a leitura do trecho que li nesse jornal.

(Passa a ler.)

"Mobilização Ampliada

Fernando Henrique Cardoso e Jorge Bornhausen também entraram no circuito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na tentativa de salvar o mandato do governador Luiz Henrique e do vice Leonel Pavan, acusados de abuso do poder econômico na campanha de 2006, com base em ação movida pelo PP.

Além de FHC e JKB, também já estão empenhados por LHS os presidentes do Senado e da Câmara, os peemedebistas José Sarney e Michel Temer, mais o ministro da Defesa, Nelson Jobim, que também é do PMDB, que já presidiu o TSE. O ex-ministro do TSE, Sepúlveda Pertence, auxilia informalmente os advogados Eduardo Alckmin e Fernando Neves, defensores do governador.

Apenas em último caso o presidente Lula será acionado para socorrer Luiz Henrique, liderança do PMDB que considera fundamental para ajudar no fechamento da aliança com o PT, em torno da candidatura da ministra Dilma Rousseff à Presidência, em 2010."

Mas não pára aí, agora vou ler a avaliação do jornalista.

(Continua lendo.)

"Avaliação do quadro

Com a publicação de ontem da decisão que negou a Luiz Henrique o direito de acrescentar provas à sua defesa no processo que está no TSE, os advogados dispõem de três dias para apresentar recurso extraordinário, pedindo que o pedido seja levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reconsideração.

Fernando Neves e Eduardo Alckmin vão avaliar hoje, em Brasília, a conveniência desta nova iniciativa protelatória, mais uma vez. Temem que essas manobras possam contribuir para criar um clima adverso a Luiz Henrique da Silveira, no TSE."[sic]

Eu não consigo entender.

Será que a Justiça Maior do país vai ser subserviente, vai obedecer aos conselhos políticos partidários e não exercer na plenitude o direito que o Poder Judiciário detém?! Eu não quero acreditar que a Justiça vá realmente se curvar às pressões de políticos deste Brasil. Que Brasil é este? Então, isso serve de reflexão aos nossos catarinenses e brasileiros.

Nós sabemos que já houve cassações de outros governadores, pelos mesmos motivos. Por isso, faço essa leitura da coluna do eminente jornalista, para que a nossa comunidade catarinense avalie, pense bem no desespero, porque até o presidente Lula será acionado. Será que o presidente da República vai ter coragem de partir para mais esta?

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Reno Caramori, estou estarecido como v.exa.

Essa foto, essa coluna do jornalista Prisco Paraíso... Espero que o nosso advogado Gley Sagaz já tenha feito chegar ao Tribunal Superior Eleitoral essa notícia, juntamente com a notícia de segunda-feira, dizendo que o José Sarney e o Michel Temer já foram acionados para defender Luiz Henrique da Silveira. E

quando se fala em José Sarney e Michel Temer juntos, deputado Reno Caramori, só o Jarbas Vasconcelos para adivinhar a sacanagem toda que pode sair dali. Imagine o José Sarney e Michel Temer juntos. O grande peemedebista Jarbas Vasconcelos que diga o tamanho da sacanagem que pode ser feita.

Agora, se isso for verdadeiro, deputado Reno Caramori...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Não quero crer!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - O que não acredito, pois a maior corte da Justiça Eleitoral deste país ficaria numa situação muito difícil de ser explicada. E veja onde estão chegando. Foram pedir socorro para o Jorge Bornhausen, para o Fernando Henrique Cardoso, para o Lula, para o Michel Temer. Estão até oferecendo apoio para Dilma Rousseff, para ela ser a próxima presidente. É crime atrás de crime. É reincidência no crime.

É o que tenho dito, o governador Luiz Henrique é um criminoso eleitoral reincidente. Praticou crime eleitoral comprovado, já com três votos no TSE. Repetiu o crime eleitoral na eleição do município de Braço do Norte e agora pratica de novo crime eleitoral ao pedir socorro para o Jorge Bornhausen, para o Fernando Henrique, para o Michel Temer, para o José Sarney, para o Lula, para a Dilma Rousseff. Como é que eles podem ajudar? Não são advogados ou não são militantes. É no jeitinho, é na conversa no pé do ouvido, é dizer "Salvem, porque esse é do PMDB".

Agora, o José Sarney já conseguiu ver a sua filha no caminho da posse. Engraçado, deputado Reno Caramori, lá na Paraíba, onde foi cassado o governador do PSDB, e o PMDB assumiu, lá não tinha sacanagem, não precisou dar um jeitinho, porque foi o PMDB quem ganhou o mandato, não era tapetão. No Maranhão, onde a filha do José Sarney, do PMDB, vai assumir, está tudo certo. Aqui em Santa Catarina, o criminoso eleitoral pode continuar no cargo. Ai é tapetão.

Eu continuo acreditando na Justiça. E não acredito que essas articulações podres, negociais, possam avançar para salvar o mandato do governador.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Joares Ponticelli, tenho certeza de que como v.exa. tantos outros srs. deputados e catarinenses conscientemente devem refletir sobre essa matéria que vem desesperadamente assolando o governo de Santa Catarina.

Nós queremos justiça; nós queremos que o processo seja analisado, de acordo com o conteúdo, de acordo com as denúncias, de acordo com as provas e não pela influência político-partidária.

Tenho certeza de que a Justiça não se curvará a pressões político-partidárias. Também não quero crer que Fernando Henrique e Jorge Bornhausen, respeitavelmente assim os chamo, vão influenciar nesse processo, pois têm um nome digno a ser respeitado. Por isso, acho que macaco velho não bota a mão em cumбуca.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0083/2009 e 0084/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0085/2009 e 0086/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0087/2009, 0088/2009, 0089/2009, 0090/2009 e 0091/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0092/2009, de autoria do deputado Professor Grando; 0093/2009, de

autoria do deputado Jailson Lima, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes requerimentos:

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Catanduva, Rodeio, Bombinhas, Ibirama e Dionísio Cerqueira, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina, cumprimentando-o pela realização do Seminário Regional do Trabalho das Mulheres: Desafios da Inclusão Social.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Bibliotecário.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Unisul, cumprimentando-o pela posse dos novos dirigentes daquela instituição.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, cumprimentando-o pela passagem do Dia da Escola.

Requerimento de autoria da Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Unisul, cumprimentando-o pela posse no cargo.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Palmitos, Bom Jardim da Serra, Joinville, Ibirama, Dionísio Cerqueira, Rodeio e Bombinhas, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente Regional do DNIT, solicitando a construção de calçada, acostamento e passarela de pedestres na rodovia BR-163, nas proximidades do trevo de acesso ao município de Guaraciaba.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Dionísio Cerqueira, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Previdência, solicitando a instalação de agência do INSS no município de Barra Velha.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à jovem Francine Arruda, cumprimentando-a pelo título de Miss Santa Catarina 2009.

Moção de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio à Medida Provisória n. 449.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao presidente da República e aos ministros da Casa Civil e das Cidades e à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a garantia ao meio rural e aos pequenos e médios municípios do país o acesso ao novo programa habitacional do governo federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, quero expor algumas questões sobre o debate da tarde de ontem, quando apresentamos aqui um laudo em que o tenente-coronel Newton, do 4º Batalhão, pedia votos para o prefeito da capital, durante o segundo turno da eleição de 2008.

O fato aconteceu dentro do 4º Batalhão, na sala do comandante, nesta capital. Foram algumas reuniões sistemáticas convocadas pelo comandante do batalhão, em horário de serviço, como ficou claro. Se ele afirma que ninguém ali está de folga é porque estão de serviço. E ele os chama à sala dele.

Quero também aqui manifestar e adiantar que na minha avaliação busco sempre ser muito franco e coerente com as questões. Não existe participação do hoje prefeito, então candidato, Dário Berger nos fatos, na minha avaliação. Ele não estava lá. Isso é fato. E não acredito que ele pediria para o comandante do batalhão fazer isso. Não acredito que algum candidato pediria para algum chefe de setor de instituição pública cometer um crime.

Portanto, todo esse debate aqui, na minha avaliação, não existe. Qual é o fato que queremos observar? O fato de que um comandante de batalhão, usando a importante função de comandante de batalhão, convocou os policiais militares da unidade, durante o horário de serviço, à sua sala, para pedir votos para o candidato. Aqui se falou ontem: Ah, o deputado Soares nunca pediu votos. Ninguém pediu votos para ele. Ele ganhou 40 mil votos sem nunca pedir.

Jamais alguém fez reunião dentro do quartel para pedir voto para o então candidato Sargento Soares. Pelo contrário, fui impedido de entrar, de chegar perto da maioria dos quartéis. Nós fazíamos as reuniões em outros lugares, convocadas previamente e evidente com policiais e bombeiros de folga. Só entrei no quartel quando fui convidado pelo comandante da unidade e, aliás, tomei muito cuidado com o que falava, inclusive porque poderia ser uma armadilha.

Então, não é nosso *modus operandi* isso que aconteceu. Falou-se aqui no direito à manifestação do pensamento, no direito à privacidade que o tenente-coronel teria e que teria sido afetada pela denúncia aqui. Olhem, pelo contrário, eu sou um defensor da liberdade de opinião, da liberdade de participação partidária, inclusive dos militares. E aí precisamos mudar a legislação nesse sentido.

Agora, é preciso, é óbvio, que se isso aqui é uma República, se este país e este

estado são uma República, é óbvio que não se pode usar como instrumento função pública, repartição pública, espaço público, autoridade pública, autoridade de comando.

É óbvio que o coronel Newton teria o direito de convidar todos os policiais do 4º Batalhão ou de qualquer outro batalhão a participarem de uma reunião para discutir o assunto eleição municipal, desde que fizesse com militares no horário de folga, fora do quartel. É óbvio que ele teria esse direito.

Então, ninguém entrou na privacidade do coronel Newton. Pelo contrário, quem fez a gravação fez por certo porque se sentiu coagido a participar de uma reunião que ele não queria. Coagido, por quê? Porque era o comandante que estava convocando!

Então, é esse o elemento que precisa ser visto. Trouxemos aqui um documento, na minha avaliação, que mostra indícios de que aconteceu um crime cometido por um tenente-coronel dentro do quartel, e é preciso que seja investigado isso. É tão somente isso que requeremos, tanto que se tentou encaminhar ao comandante-geral a denúncia, que foi encaminhada ao promotor da Polícia Militar, aos órgãos que deveriam. E creio que providências serão tomadas nesse sentido. Todos podem e têm a liberdade de pedir voto para quem quiser, desde que façam no horário de folga e fora da instituição pública. Isso é lei federal.

Portanto, até elogio o coronel Newton por ter uma posição, por não ter ficado, desculpem-me a expressão, "saboneteando", em cima do muro, para ver quem ganharia, para então se atirar nos braços do vitorioso, como tantos outros fazem. Até parabênizo o coronel Newton pelo discernimento, pela posição, mas ele precisa fazer a defesa de seus candidatos fora do quartel e fora do horário de serviço. Em hipótese alguma pode convocar policial militar de serviço para ir a uma reunião na sala dele e pedir voto, em hipótese alguma.

É isso que se quer olhar. Por quê? Porque aos praças tudo é proibido, nada é permitido - nem usar a camiseta da Aprasc nem sair da cidade onde mora e trabalha; nem participar da assembleia geral da Aprasc nem usar o adesivo da Aprasc no carro.

Hoje, nós teremos a assembleia geral da Aprasc às 13h30, e o sobreaviso que já vem lá do começo, proibindo policiais militares de saírem da cidade, foi reeditado ontem, e o comandante-geral, de forma casuística, tem mais uma nota chamando, convocando todos os policiais da Grande Florianópolis para o quartel justamente no horário da assembleia.

Eu tenho aqui as notas do casuismo com que se trata para impedir o direito de livre associação dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Enquanto isso, os olhos não vêem fatos como aquele registrado, que aconteceram na mesma quadra, no mesmo quarteirão, a poucos metros da Corregedoria Geral, na sala do comandante.

Nós temos assembleia geral, hoje, às 13h30, da Aprasc, e às 16h teremos um ato nacional contra a criminalização dos movimentos sociais e em solidariedade à Aprasc. Evidentemente que é um ato pacífico.

Nós ficamos o segundo semestre do ano passado inteiro dizendo que poderia haver paralisação. Mas não acreditaram e até fizeram escárnio, dizendo que nós não tínhamos condições de fazer isso.

Agora, estamos dizendo que não vamos fazer paralisação. Aí eles metem prontidão, sobreaviso. Parece estado de guerra, ou seja, parece que está todo mundo desequilibrado - todo mundo desequilibrado

dentro da Segurança Pública aqui no nosso estado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Sargento Amauri Soares, quero manifestar minha solidariedade a v.exa., que está nesta luta difícil junto com os praças.

Deputado Soares, se aquela prova que v.exa. trouxe aqui, ontem, aquela gravação, fosse de um praça falando da Aprasc, esse praça já estaria no Conselho de Disciplina, como tantos que amargam já na fila do Conselho de Disciplina, quase 20, prestes a serem expulsos da corporação - até praças da reserva, como o caso do nosso presidente da Aprasc. E temos mais de 500 com processo disciplinar.

Esse aparelhamento, essa partidarização tem que acabar, e v.exa. tem toda razão.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado. (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de informar, se v.exa. me permitir, nobre deputada, a presença do nobre vereador Gilmar da Silveira, bem como do gerente Hilário da Silveira, do município de Bela Vista do Toldo, que se fazem presentes na nossa Casa. Tenho a certeza de que este município está muito bem representado hoje, aqui.

Sintam-se em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Elizeu Mattos, do PMDB.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, srs. deputados, sobre o pronunciamento, a gravação, eu já me pronunciei ontem, já falei. E não mudo a minha opinião sobre o assunto; continuo com a mesma opinião de ontem. Já me pronunciei sobre a questão levantada pelo deputado Sargento Amauri Soares.

Mas eu quero aqui, hoje, falar dos discursos bem intencionados. Acompanhei o pronunciamento do nobre deputado Reno Caramori, preocupado com a questão da legislação eleitoral, do crime eleitoral, cheio de boas intenções.

Acho mais interessante é que a boa intenção apresentada aqui é não poder mostrar que aqui não houve crime eleitoral. É proibido!

Se for falar para cassar o governador, convencer o juiz que é crime eleitoral, que o governador cometeu um crime, daí vale! Agora, se for lá mostrar que não houve crime algum, que foi propaganda institucional, aí não vale. Não vale! Não pode!

O que nós acompanhamos hoje, aqui, deputado Antônio Aguiar, nosso líder, é isso.

O deputado Sargento Amauri Soares levantou um assunto ontem, mas a bancada e o partido aqui, desta Casa... Ele não estava preocupado com o assunto da Polícia, não! Ele só ficou preocupado porque poderia ter havido um crime eleitoral para poder cassar o Dário Berger. Estávamos aqui e vimos, ele não estava defendendo a sua posição, ele estava preocupado em como chegaria ao poder porque o povo abandonou-os, eles estão sem povo, e na democracia as pessoas só chegam ao poder pelo povo. Então eles têm que achar outro caminho.

Na hora em que o deputado Sargento Amauri Soares falou da tribuna, todos acharam que poderia ser um crime eleitoral. Começaram a dizer: "Pode ser um crime eleitoral. Aquilo que o deputado Sargento Amauri Soares apresentou pode ser um crime eleitoral." As pessoas ficaram afoitas aqui neste plenário achando que seria mais um jeito de chegar ao poder.

Já tem ex-governador que ultimamente está acostumado a perder eleição, perdeu uma, perdeu duas, já perdeu a disputa ao governo por duas vezes, perdeu a disputa pela prefeitura por duas vezes também, e ele não admite que está perdendo a eleição através do voto.

Agora já não sei mais se o ex-governador Esperidião Amin, deputado Professor Grandó, quer ser governador, prefeito ou quer ser as duas coisas ao mesmo tempo. Ele quer cassar o Luiz Henrique da Silveira para assumir o lugar do governador, ele quer cassar o Dário Berger para assumir o lugar do prefeito Dário. Estou achando que ele quer ocupar as duas posições ao mesmo tempo através do tapetão. Não estou entendendo!

O resultado das urnas representa a vontade do povo, que é soberano. Agora tudo é crime! O prefeito ganhou duas vezes a eleição e não ganhou por meia dúzia de votos, não foi uma eleição parelhinha, foi uma eleição com uma diferença muito grande de votos. Deputado Professor Grandó, v.exa. já foi prefeito e sabe que não é qualquer coisinha que vai resolver uma eleição.

Agora não é por crime eleitoral que querem cassar o prefeito Dário Berger. Já viram que através do tapetão não vão tomar o governo de Luiz Henrique da Silveira. Estão achando que está muito perto de acabar, que faltam só dois anos para o fim deste governo. Eles acham que nesse tempo não vão conseguir tomar o governo pelo tapetão. Estão começando a atacar o governo do prefeito Dário Berger. Se puderem pegar os dois, ficam de governador e também de prefeito. Já imaginou? Mandar no governo estadual e também no da capital! Isso é uma coisa fantástica da imaginação!

Qual foi o crime do prefeito Dário Berger? Ah, ele foi prefeito, mudou de cidade e veio para cá. Esse é o crime! Não foi abuso de poder, o crime foi que ele mudou de lá!

Então, começou aquela coisa: "O povo abandonou-me, estou sem o apoio do povo, como vou chegar ao poder? Só tenho uma coisa a fazer, colocar processo em cima de processo nos outros, tentar fazer com que o juiz acredite nesses processos." Tem um advogado aqui que só faz uma coisa: tentar cassar alguém! "Vai que algum juiz acredita nesses processos e daqui a pouco dá uma loucura e venho até a assumir."

Mas também pode estar pensando diferente: "Talvez eu não perca os meus liderados", que estão diminuindo bastante pelo estado, porque começou a perder uma eleição atrás da outra, enfraquecendo a sua liderança. "Talvez isso possa até mexer com a imaginação dos meus liderados e eu possa um dia chegar ao poder e eles parem de se distanciar de mim, porque todo dia eles se distanciam, um sai, um foge, um corre, e daí é um meio até de eu ficar em evidência nessa mentira que prego. Talvez assim os meus liderados se mantenham perto de mim, para eu não perder esses caras."

Cada vez mais se planta essa coisa de assumir o governo pelo tapetão. Eu vi aqui na bancada do PP, no almoço da última terça-feira - e acompanhei porque saiu que o governador Luiz Henrique da Silveira vai ser julgado - um movimento muito grande aqui.

Geralmente nós acompanhamos os almoços e eles são pequenos. Mas o Amin veio ao almoço, deputado Antônio Aguiar, e tinha muita gente. Os corredores da Assembléia estavam cheios. Eu nunca vi tanta gente.

O Esperidião Amin veio aqui, os corredores estavam cheios e com certeza no almoço da bancada do PP teve gente saindo pelo ladrão, porque não coube todo mundo. A fila era maior do que o restaurante aqui, da Assembléia Legislativa, porque alimentam um jeito de dizer que ele vai ser governador cassando aquele que ganhou nas urnas, e tem gente que acredita. Tanto acreditam, deputado Sargento Amauri Soares, que havia uma multidão. Deveriam ter feito o almoço não na bancada, mas no restaurante dos funcionários. E aí ficam aqueles dizendo: "Olhem, se ele ganhar o que está pregando, porque é o nosso líder, daqui a pouco vou ter um carguinho". Já estão mapeando e tal.

E alimentam essa coisa para manter uma liderança que não existe mais. A liderança existe na democracia quando se lidera o povo, a gente, e hoje não se lidera mais a gente, o povo.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar v.exa., deputado Elizeu Mattos, pelo brilhante pronunciamento e gostaria de completar as suas idéias, dizendo que a derrota do Esperidião Amin iniciou no campo das idéias. Continuou a derrota nas urnas. Continuou a derrota nos tribunais e continua a derrota, como citou v.exa., em termos de democracia.

Realmente, estão querendo usurpar o poder. O povo catarinense, o povo de Florianópolis já determinou que o governador é Luiz Henrique da Silveira, que o prefeito de Florianópolis é Dário Berger e este infligiu mais uma derrota ao filho do Esperidião Amin, derrotou ele também no tribunal.

Essa gente não cansa de apanhar.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu agradeço o aparte do nobre líder, deputado Antônio Aguiar.

Eu quero explicar para não ficar mal entendida essa ação de não deixar mais as lideranças fugirem, porque está uma debandada muito grande, tem muita gente saindo, pois não lidera, não tem mais liderança. Quando se prega isso, o que é que se faz? Aqueles que estão ali e estão quase indo embora, eles tentam segurar, dizendo: "Eu sou o líder, eu sou o grande líder em Santa Catarina".

Porém, eu falei do almoço porque ele reuniu praticamente todo o partido, pois aqueles que não se foram, vieram, achando: "Vamos chegar ao poder porque o partido começou a diminuir também". E eu não sei se vai ter gente suficiente para ocupar os espaços quando ou se chegar ao poder. É muito difícil.

Eu defendo a chegada ao poder com seriedade, a chegada ao poder tem que ser através do voto. Essa é a democracia que nós defendemos, essa foi a democracia que o dr. Ulysses Guimarães defendeu, essa foi a democracia que o MDB defendeu. Muitos falam que o MDB, deputada Ada De Luca, faz parte da história do Brasil e eu discordo dizendo que a história mais recente do Brasil passa pelo MDB, porque, se nós temos a liberdade de nos expressar, a liberdade de falar, a liberdade de nos reunir, a liberdade de escolher um governador, um prefeito, um presidente, é graças ao MDB.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Décio Góes, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Reno Caramori, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sra. presidente, companheiros deputados. Serei bastante rápido nessa questão.

Primeiro, quero lembrar ao povo catarinense, às autoridades, à imprensa sobre um projeto de lei de nossa autoria aprovado por esta Casa, sancionado pelo governador, observado por muitos educadores, que institui a política de prevenção à violência contra educadores na rede de ensino fundamental e médio no estado de Santa Catarina.

Nós temos acompanhado o noticiário e é constante a agressão aos professores e entre alunos. Estamos vendo estudantes armados. No noticiário internacional, mais recentemente, foi mostrado um episódio que ocorreu na Alemanha, em que um estudante matou 16 colegas, num ato de violência tresloucado e suicidou-se.

Precisamos começar a observar essa questão da violência nas escolas. Por quê? Porque as escolas situam-se nos bairros ou no centro das cidades, então esses atos nada mais são do que uma réplica da sociedade como um todo, uma repetição do comportamento da sociedade como um todo.

O que nós estamos vendo? Estamos vendo a violência tomando conta nos bairros, principalmente nos bairros da periferia, onde a

população mais pobre habita e vive sobre a coerção do narcotráfico.

Neste sentido, nós temos que começar a trabalhar, porque a escola reflete o que representa os bairros e a população. E, ao mesmo tempo, é o setor que melhor educa e prepara o cidadão para o futuro para vencer essas adversidades.

Daí a importância da secretaria de Educação, juntamente com outras secretarias, instituir esta política de segurança, de qualidade de vida, porque tudo está relacionado.

Essa lei é inédita no país. Santa Catarina é o primeiro estado que apresenta esse tipo de lei, que institui uma política de segurança, não é sobre atos, e vai trabalhar com os Conselhos de Segurança Comunitária, com todos os setores de uma escola e com a sociedade de forma educativa e preventiva.

Como é início do ano letivo, nós queremos chamar a atenção das autoridades da secretaria de Educação. Aqui também chamo a atenção para que as secretarias Regionais se mobilizem. As escolas não são somente uma diretora e seus professores, ali precisa estar presente o serviço público.

Não adianta reformar uma escola e três dias depois cai um teto. Nós temos que cuidar das escolas, não é só fazer política onde as obras aparecem, mas política onde são necessárias obras boas que deem segurança, e isso está relacionado, sim, com a nossa escola.

Falo isso pelo que aconteceu na Grande Florianópolis, pelo que poderá acontecer e nada melhor do que, de forma preventiva, fazer esse alerta. É o nosso dever.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Só queria dizer que na semana passada fizemos o

encaminhamento - e o deputado Professor Grando trouxe de novo o debate sobre a educação - no sentido da importância do secretário de Educação vir a esta Casa para se pronunciar sobre a implantação do piso dos professores. E até agora já descumpriu a Constituição, descumpriu o Regimento Interno.

A Mesa Diretora precisaria urgentemente - ficou de dar um retorno a este deputado e a este Parlamento, já na semana passada, e assim não o fez -, dar-nos uma resposta sobre qual o procedimento jurídico vai ser tomado em função da não presença do secretário de Educação a esta Casa.

Esse é o primeiro ponto que precisa de um encaminhamento porque houve votação, houve deliberação, por unanimidade e lamentavelmente o secretário está desrespeitando o Parlamento de Santa Catarina.

O Sinte hoje está realizando assembleia, junto com movimentos sociais. Nós precisamos de um encaminhamento. Se a Assembleia e a Mesa Diretora dizem não, que não vão dar nenhum encaminhamento com relação ao compromisso de dar um retorno a este deputado e a nossa bancada, nós vamos proceder de outra forma, juridicamente ou politicamente.

Essa é a primeira coisa, até porque nós precisamos dar satisfação ao magistério público estadual, que hoje está em assembleia pela parte da tarde, junto com outros movimentos sociais. Nós precisamos definir qual é o caminho a tomar.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Esta Presidência levará ao conhecimento de todos os membros da Mesa Diretora e tenho certeza que em breve v.exa. terá uma solução.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira, às 19hs.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 112, de 20/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **MARIA HELENA TEIXEIRA**

DINIZ, matrícula nº 1894, da função de Assessoria Técnica-Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 16 de março de 2009 (DL - Consultoria Legislativa).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputada Ada De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 113, de 20/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **ADEMIR GASSTMANN**, matrícula nº 1796, da função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 19 de março de 2009 (Comissão de Legislação Participativa).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputada Ada De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 114, de 20/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **HELOISA CABRAL UCHOA**

REZENDE, matrícula nº 0776, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 19 de março de 2009 (Comissão de Legislação Participativa).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputada Ada De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 115, de 20/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **IVELISE SELL MACIEL**, matrícula nº 1460, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2009 (Comissão de Educação, Cultura e Desporto).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 116, de 20/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 305/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 85, VII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c a Resolução nº 1.673, de 20 de novembro de 1989, deste Poder,*

CONCEDER a PEDRO IDERALDO SAMPAIO, matrícula nº 0980, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, correspondente a 10% (dez por cento) do respectivo vencimento, relativo à execução de atividade insalubre de grau mínimo, a contar de 11 de março de 2008, data de sua lotação na DL/CD - Gerência do Centro de Memória.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada De Luca - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador-Geral
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 13/03/2009

Aos treze dias do mês de março do ano dois mil e nove, às dez horas, sob a Presidência do Procurador Geral, Sérgio Augusto Machado, reuniram-se os Doutores Cecília Biesdorf Thiesen, Ptolomeu Bittencourt Júnior e Marcelo Augusto Costa Richard. Ao iniciar os trabalhos, o Senhor Presidente cumprimentou os membros do colegiado, e destacou a importância do procedimento ora inaugurado, de apontar formalmente mediante a Ata as atividades debatidas nas reuniões desse importante seguimento da assessoria técnica do Legislativo Catarinense, tem como escopo a uniformização do modo operacional, compatibilizando-o com o modelo adotado pela Procuradoria Jurídica. Em seguida, em nome do colegiado, o Dr. Ptolomeu Bittencourt Júnior, registrou a iniciativa do Senhor Presidente, pela importância do momento, agradecendo e salientando que as reuniões do colegiado propiciaram, pelo debate, o aprimoramento dos debates realizados. 1) Relatório do Dr. Ptolomeu Bittencourt Júnior, aprovado parecer por unanimidade, Comunicação Interna nº 011/2009 de 26/02/09, Interessada: Coordenação de Estágios Especiais da ALESC "Parecer do Regimento Interno e Comissão Institucional do Programa Antonieta de Barros. 2) Relatório do Dr. Marcelo Augusto Costa Richard, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Ofício nº 025/2009 de 04/02/2009, Interessado: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV, "solicita avaliação atuarial, em meio magnético, ao Diretor do IPREV, Senhor Marcelo Schmidt". Esgotada a pauta ordinária, pediu a palavra a Dra. Cecília, para comentar sobre alterações nas normas relativas à emancipação de município, Ante a importância do assunto, o Senhor Presidente, a incumbiu de novos estudos. Com a palavra, o Dr. Ptolomeu Bittencourt Júnior, sugeriu que a elaboração dos atos da Mesa Diretora, fique a cargo da Procuradoria Legislativa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos consultores presentes. Sala das sessões, 13 de março de 2009.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA REUNIÃO COMPLEMENTAR DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSETE DE MARÇO DE 2009.

Às dezoito horas do dia dezessete de março do ano de dois mil e nove, sob a Presidência do Senhor Deputado Jean Kuhlmann, foram abertos os trabalhos da Reunião Complementar de Instalação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, referente à Terceira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura. Foi registrada as presenças dos Senhores Deputados: Romildo Titon, Joares Ponticelli, Kennedy Nunes, Antônio Aguiar, Manoel Mota, Pe. Pedro Baldissera, Serafim Venzon e Professora Odete de Jesus. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Vice-Presidente da Comissão. Inscrito o Senhor Deputado Kennedy Nunes, foi iniciado o

processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos. Após a eleição, o Vice-Presidente tomou posse. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ângela Koerich, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 17 de março de 2009.

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia 04 do mês de março do ano de dois mil e nove, sob a Presidência do Senhor Deputado Darci de Matos, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala um de reunião das Comissões. Registraram presença na reunião os Senhores Deputados: Adherbal Deba Cabral, Sargento Amauri Soares, Kennedy Nunes, Elizeu Mattos e Pedro Uczai. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente leu a Ata de instalação da Comissão, aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente apresentou Requerimento para convidar o Secretário de Segurança Pública senhor Ronaldo Benedet. Pedindo a palavra o senhor Deputado Kennedy Nunes sugeriu que também sejam convidados o Delegado Geral da Polícia Civil senhor Maurício Eskudlark e o Secretário Executivo de Justiça e Cidadania senhor Justiniano de Almeida Pedroso, que posto em votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Elizeu Mattos apresentou Requerimento verbal que posteriormente encaminhará em Ofício, solicitando a formação de uma "Força Tarefa" para discutir sobre a situação do Sistema Prisional Catarinense, com a presença de representantes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público, com a missão de conferir "in loco" a situação prisional de Santa Catarina, que será apreciado na próxima reunião. Usando a Palavra o Deputado Sargento Amauri Soares pediu mais respeito ao Governo do Estado com as reivindicações dos Policiais Militares e Bombeiros com a aplicação da Lei nº 254. O Deputado solicitou também que seja o representante desta Comissão junto a Comissão Organizadora Estadual - COE, que terá suas etapas regionais, que elegerá seus delegados para representar o Estado de Santa Catarina na Conferência Nacional de Segurança Pública. Pedindo a palavra o Deputado Elizeu Mattos sugeriu que este assunto seja tratado na próxima reunião para que outros membros da Comissão possam manifestar seu interesse em também participar. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 05 de março de 2009.

Deputado Darci de Matos

Presidente da Comissão

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2009

OBJETO: **Aquisição de 600 (seiscentas) doses de vacina contra gripe, mono-dose, dose adulta e individual seringa preenchida.**

DATA: 30/03/2009 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de março de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 16 de março de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

REPUBLIÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2009

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UM GRELHADOR ELÉTRICO PARA O RESTAURANTE DA ALESC.**

DATA: 31/03/2009 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 31 de março de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 17 de março de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2009

OBJETO: **CONFECÇÃO E FORNECIMENTO, POR DEMANDA, DE MEDALHAS E PLACAS.**

DATA: 02/04/2009 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 02 de abril de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 19 de março de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO 031/2009

REFERÊNCIA: 3ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 015/2008

OBJETO: Registro de Preço para a aquisição de notebooks.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata, até 17 de setembro de 2009

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei n.º10.520/2002, Ato da Mesa n.º 214/2007, subsidiariamente pelo Decreto n.º 3.931/2001, Pregão Presencial nº 036/2008.

Lote Único

LOTE ÚNICO	MARCA	QTDE	VLR UNIT
1 Microcomputador NOTEBOOK, modelo 6515b, Part. Number FM134LA#AC4 com maleta HP PT788A e mouse óptico USB (padrão slim) Clone.	HP	50	R\$ 2.699,50

1ª REGISTRADA: ELIZANGELA MACIEL DA SILVA ME.

Endereço: Parque Pedro Schutz, Quadra C, Rua B, Lote 26, Aririú, Palhoça/SC

CEP 88.130-000

Fone/fax (48) 3283-5890/ 9947-2696

E-mail: contato@zoomvirtual.com.br

CNPJ: 07.378.527/0001-01

2ª REGISTRADA: Seprol Computadores e Sistemas Ltda.

3ª REGISTRADA: Módulo Serviços de Informática Ltda.

Florianópolis, 17 de março de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

OFÍCIOS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA DEPUTADO EDSON ANDRINO

Of. nº 057/2009

Florianópolis, 12 de março de 2009.

Exmo. Sr.

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Nesta Casa

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de Vossa Excelência para solicitar o **cancelamento** da viagem oficial à Istambul, Turquia, cujo objetivo seria o de participar do **V Fórum Mundial da Água**.

Informo que o motivo do cancelamento se dá por motivo de impedimento de ordem familiar.

Certo de Vossa compreensão, aproveito para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Edson Andrino
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 17/03/09

*** X X X ***

Of.I. 25/2009 GabMS

Florianópolis, 19 de março de 2009.

À Sua Excelência a Senhora

Deputada Ada De Luca

4ª Secretária da Mesa

Nesta Casa

Senhora Quarta Secretária

Com os meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência que determine a publicação, no Diário da Assembléia Legislativa, do OF. Nº TC/GAP-1945/2009, de lavra do Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que comunica a esta Casa a vacância de cargo de Conselheiro daquela Corte, bem como a publicação do presente Ofício, que abre o prazo de cinco dias para inscrição dos candidatos ao cargo, que inicia-se às 08:00 horas do dia 24 de março, encerrando-se às 19:00 horas do dia 30 de março do corrente ano.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meu apreço e consideração.

Cordialmente,
Deputado Moacir Sopenla
1º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 021/09

Sociedade Desportiva Vasto Verde BALANCETE ANUAL DE ATIVIDADES/2008

- CAMPEONATO ESTADUAL BASQUETE FEMININO ADULTO
- COPA SANTA CATARINA DE BASQUETE FEMININO ADULTO
- FESTIVAL MINI BASQUETE - FEMININO
- CAMPEONATO ESTADUAL FUTSAL FEMININO SUB 15
- CAMPEONATO ESTADUAL FUTSAL FEMININO SUB 17
- COPA ADIEE FUTSAL FEMININO - ATÉ 16 ANOS
- COPA DAARTI FUTSAL FEMININO ADULTO
- CAMPEONATO ESTADUAL KARATE M/F
- COPA SANTA CATARINA KARATE M/F
- CAMPEONATO ESTADUAL BOLÃO 16 MASCULINO
- TAÇA BRASIL BOLÃO 16 MASCULINO
- CAPEONATO ESTADUAL SÉRIE OURO BOLÃO 23 FEMININO
- TAÇA BRASIL CLUBES CAMPEÕES BOLÃO 23 FEMININO
- CAMPEONATO BRASILEIRO MASTER BOLÃO 23 FEMININO
- CAMPEONATO ESTADUAL DE MASTER BOLÃO 23 FEMININO
- CAMPEONATO REGIONAL DE BOLÃO 23 FEMININO
- CAMPEONATO ESTADUAL DE BOCHA VOLLO MASCULINO
- CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA RAFA FEMININO
- TAÇA ALUMETAL FUTEBOL SUIÇO MENORES
- CAMPEONATO DE PATOTAS - FUTEBOL SUIÇO
- CAMPEONATO LIVRE - FUTEBOL SUIÇO
- CAMPEONATO SENIORES - FUTEBOL SUIÇO
- OLÍMPIDAS DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO
- FESTA DE REIS E RAINHAS BOCHA, BOLÃO E TIRO

ATENCIOSAMENTE
MÁRIO DOS SANTOS
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 12/03/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 022/09

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC

Ofício n. 63/09

Em 29 de janeiro de 2009

Exmo (a) . Sr (a) .

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

Rua Doutor Jorge Luiz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor Presidente

Pelo presente, extraída dos autos da Ação Trabalhista 00696-2006-015-12-00-1, em que são partes Eni Vieira de Souza, reclamante, e ONDREPSB Limpeza e Serviços Especiais Ltda., reclamada, de ordem da Exma. Sra. Juíza do Trabalho, remeto a V. Exa, cópia dos depoimentos das fls. 187 e 190-192, da sentença e do r. acordão para, caso entenda, as providências necessárias à apuração.

OBS: o endereço da empresa é Av. Hercílio Luz 1249, Centro, Florianópolis; e o CNPJ 83953331/0001-73.

JORGE GRIMM

DIRETOR DE SECRETARIA E.E

*Lido no Expediente**Sessão de 11/03/09*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 023/09

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício Nº TC/GAP- 1945/2009

Florianópolis, 13 de março de 2009

Exmo. Sr.

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 - FLORIANÓPOLIS

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para informá-lo da vacância de cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em razão da **aposentadoria do Conselheiro Moacir Bertoli**, conforme Portaria TC-0107/2009, em anexo, publicada no Diário Oficial Eletrônico nº 211, de 13 de março de 2009, página 5.

O preenchimento desta vaga, por ser a primeira, está reservada a escolha da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do inciso I, do § 3º, do art. 61 da Constituição do Estado.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Conselheiro José Carlos Pacheco

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 17/05/09*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 024/09

ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO MENOR CARENTE E ADOLESCENTE

OF.04/2009.

Ref. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2008

DA AMPARAR - ASSOC. DE AMPARO À CRIANÇA AO ADOLESC.

Exmo. Sr.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO

MD. Presidente da Assembléia Legislativa de SC

Florianópolis - Santa Catarina

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, parabenizamos pela gestão profícua e empreendedora frente aos destinos da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, representando com dignidade a nossa população, ao mesmo tempo em que, aproveitamos para, anexar, ao presente **O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008**, pela AMPARAR ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.

atendendo a exigência da Lei Nº 14.009 datada de 10 de Maio de 2007.

Sendo o que nos apresenta para o momento, subscrevemos com elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

CARLOS ROSSO NETTO

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 17/03/09*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 025/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JARDIM CRISTO REI

CNPJ: 01.772.626/0001-89 - INSCRIÇÃO CMAS. Nº 066/2001

CANOINHAS-SC.

RESUMO DAS ATIVIDADES 2008

1 - reuniões mensais com a diretoria, associados e representantes do governo municipal;

2 - elaboração e envio de ofícios reivindicando junto aos órgãos do governo municipal, solicitação de melhorias ao bairro;

3 - reuniões com governo municipal, igreja, etc., visando buscar soluções para os problemas do bairro;

4 - promoção - sorteio de brindes visando arrecadar verbas para despesas administrativas e despesas com contador;

5 - promoção do Natal das crianças carentes em parceria com a Câmara de Vereadores, Prefeitura, comércio e Leo Club;

6 - acompanhar secretários municipais e autoridades em visita ao bairro para verificar os problemas a solucionar;

7 - participação nas sessões da Câmara de Vereadores, buscando apoio para solucionar problemas do bairro;

8 - elaborar projetos para o ano seguinte (2009).

JOSE ACACIO MELO

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 17/03/09*

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 065/09**

Dispõe sobre a isenção ao desempregado o pagamento de taxas de inscrição a Concursos Públicos e adota outras providências.

Art. 1º Fica o desempregado isento do pagamento de taxas de inscrição a concursos públicos realizados no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O candidato comprovadamente desempregado fica isento de pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargos ou empregos nos órgãos e entidades do serviço público.

Parágrafo único. Para se beneficiar da isenção a que se refere o *caput* o candidato deverá, no ato de inscrição, comprovar a condição de desempregado, mediante a apresentação de sua Carteira de Trabalho e Previdência Social e de declaração de não exercer cargo público em qualquer esfera de governo.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informações falsas com o propósito de se beneficiar indevidamente da isenção a que se refere o art. 1º estará sujeito a:

I - cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a irregularidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II - exclusão da lista de aprovados, se a irregularidade for constatada após a homologação e antes da nomeação para o cargo; e

III - declaração de nulidade do ato de nomeação, se a irregularidade for constatada após a publicação do ato respectivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

*Lido no Expediente**Sessão de 17/08/09***JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei tem o objetivo de viabilizar aos desempregados a possibilidade de ingresso no serviço público estadual.

Quem decide prestar concurso público precisa reservar, além de tempo para a preparação, dinheiro para custear desde as taxas de inscrição até material de estudo e viagens para prestar as provas.

O cidadão fica impossibilitado de concorrer a cargos públicos pelo fato de não poderem arcar com o pagamento da taxa de inscrição no concurso. Quando se enfrenta a dolorosa situação de desemprego é que há a necessidade de amparo e este Projeto de Lei que vem na melhor hora na possibilidade do sonho de muitos desempregados.

Os candidatos que buscam uma vaga no serviço público justamente porque estão desempregados ou para melhorar a condição financeira encontram dificuldades, em muitos casos deixando de realizar o concurso, para pagar a taxa de inscrição, que pode passar de R\$ 200 (duzentos reais), em cargos de nível superior.

Segundo o Dr. Tiago Queiroz Advogado e Professor Especialista em Concursos e Servidores públicos, <http://www.pciconcursos.com.br/consultoria/115>, para o STF, cada entidade política (União, Estados, Município e Distrito Federal) deverá estabelecer as regras para isenção em seus respectivos concursos públicos.

Pelos motivos, solicito aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei, nada mais justo que neste difícil momento possamos dar a oportunidade ao cidadão que luta por melhor qualidade de vida.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 066/09

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa das Flores do Município de Joinville.

Art. 1º Fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa das Flores, do município de Joinville.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 17/03/09

JUSTIFICATIVA

O projeto em tela visa declarar como integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa das Flores do município de Joinville, que teve sua inauguração em 1936, sendo Joinville, à época, uma comunidade organizada, assemelhando-se a pequenas cidades européias, com população estimada em 13 mil habitantes, que já realizava encontros sociais e atividades culturais, aproveitando-se da estrutura existente na Sociedade Harmonia Lyra, criada em 1858, e tendo uma sede nova inaugurada em 1921.

A Festa das Flores, que acontece a cada ano, teve com marco a idéia de Exposição de Orquídeas, que nasceu de encontros informais de fim de tarde onde figuras ilustres da cidade participavam, resultando na organização, de 28 de novembro a 2 de dezembro de 1936, da **1ª Exposição de Flores e Artes Domiciliares**.

Conhecida com Cidades das Flores, Joinville sempre se destacou pelo cultivo de flores, realizando todos os anos a tradicional Festa, tendo temas diferentes a cada ano. **Em 2008, realizou a sua 70ª edição**, com várias atrações e oficinas artísticas e culturais, além de mostrar aos visitantes aspectos da moderna tecnologia e sua preocupação com o meio ambiente.

Há que ressaltar nesses eventos a contribuição das mulheres, com trabalhos manuais e objetos de arte, enriquecendo o evento; após alguns anos de sucesso, a partir de 2000 verificou-se a necessidade de inovações para a reconquista do público à Festa das Flores. Assim, Prefeitura, Promotur e AJAO suspenderam a cobrança de ingresso, obtendo um aumento expressivo de público visitante nos anos seguintes.

Atualmente, a Festa caracteriza-se pela internacionalização, com expositores da Tailândia, Alemanha, Equador, Havai, Holanda e Estados Unidos, tratando de temas e documentários educativos sobre preservação do meio ambiente e aquecimento global.

Ante ao exposto, se faz meritório o reconhecimento da festa das Flores do Município de Joinville como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Santa Catarina pelo seu valor econômico e turístico, e por sua função na defesa do meio ambiente, cumprindo um papel de real interesse histórico e cultural; desse modo, conto com a colaboração dos nobres Pares a aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 067/09

Declara de utilidade pública a Associação Projeto Espaço Alternativo de Fraiburgo, do município de Fraiburgo.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Projeto Espaço Alternativo de Fraiburgo, com sede no município de Fraiburgo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Lido no Expediente

Sessão de 17/03/09

JUSTIFICATIVA

A Associação Projeto Espaço Alternativo de Fraiburgo, com sede no município de Fraiburgo, é uma entidade civil de direito privado, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que tem por finalidade auxiliar a promoção gratuita de educação complementar ao ensino fundamental, trabalhando com crianças de 05 a 12 anos; promover a melhoria da qualidade de vida das crianças matriculadas no Programa e a integração entre escolas de ensino

regular, além da promoção de palestras para defesa, preservação e conservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Assim, para dar continuidade a estas dignas ações de interesse público, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 068/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Abraão - Amba, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Abraão - Amba, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente

Sessão de 17/03/09

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Abraão - Amba, com sede no município de Florianópolis.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que tem por finalidades: organizar e integrar as ações comunitárias; unir os que moram ou trabalham no Bairro; praticar ações visando melhorar a qualidade de vida da comunidade; difundir e valorizar a cultura local; representar a comunidade em todos os níveis e momentos e prestar assistência social aos membros mais carentes da comunidade, entre outras.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

Deputado Rogério Mendonça

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 069/09

Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de espaço denominado "Brinquedoteca" nos Hospitais e Unidades de saúde que ofereçam atendimentos pediátricos em regime de internação no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Art. 1º Os Hospitais e Unidades de Saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação no Estado de Santa Catarina passarão a ter, obrigatoriamente, um espaço denominado "brinquedoteca" nas suas dependências.

Art. 2º - O espaço denominado "brinquedoteca", para efeitos desta Lei, deve ser provido de brinquedos e jogos educativos, destinado a estimular, de modo lúdico, as crianças e seus acompanhantes a desenvolverem brincadeiras saudáveis visando a diversão e o bem-estar dos internados, bem como o auxílio na recuperação dos mesmos.

Art. 3º - A inobservância do disposto nesta Lei acarretará aos seus infratores as penalidades previstas no inciso II do art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e outras normas estaduais pertinentes.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/09

JUSTIFICATIVA

Através da história dos brinquedos, os modos e costumes de uma civilização podem ser recuperados, como também a importância atribuída, em determinado período, à atividade lúdica infantil no desenvolvimento da criança.

O contato com a variedade de brinquedos estimula a ação, a representação e a imaginação da criança, ajudando-a a superar barreiras e a desenvolver sua criatividade. Entretanto, as possibilidades que a atividade lúdica proporciona à criança são inúmeras, independente do uso do brinquedo (objeto) ou não.

A criança apresenta evoluções em seu desenvolvimento, passando do jogo do exercício ao jogo de regras, da fantasia para

situações reais, e em cada uma das fases, haverá interesses diversificados pelos brinquedos.

A brinquedoteca se mostra como o espaço capaz de favorecer o desenvolvimento da criança, além de ajudá-la a compreender o que está acontecendo consigo por meio do brincar.

Pesquisas indicam que crianças internadas reduzem o tempo de permanência nos hospitais, ficam mais calmas e facilitam os procedimentos médicos, quando brincam.

O lúdico tem sido visto como grande aliado na recuperação dessas crianças, reforçando a idéia de que onde está um aluno hospitalizado, lá deve haver um educador capaz de brincar e de promover o brincar. Proporcionar o alívio da dor é mais que um dever, é uma obrigação de cristão.

O brincar pode favorecer um rico acesso às vivências da criança gravemente doente

Face ao exposto, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação desta matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 070/09

Dispõe sobre a reserva de lugares e a adaptação de cinemas e teatros para acesso e uso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Art. 1º - Os teatros, salas de cinema, cultura e casas de espetáculos e shows artísticos, estabelecidos no Estado de Santa Catarina, mantidos pela iniciativa pública ou privada, deverão destinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de seus lugares e/ou espaços para uso exclusivo de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

§ 1º Os assentos deverão estar situados em local de fácil acesso aos usuários deficientes ou com mobilidade reduzida, com a mínima circulação de outras pessoas à sua frente, possibilitando melhor visibilidade e inexistência de interferência na visão dos espetáculos.

§ 2º Os lugares reservados para o cumprimento ao disposto nesta Lei deverão ser identificados preferencialmente com o símbolo internacional de acessibilidade ou por avisos que os diferencie dos assentos destinados ao público em geral.

Art. 2º - Os estabelecimentos alcançados pela presente Lei deverão, de igual forma, adaptar-se para o acesso e uso por usuários de cadeiras de rodas.

§ 1º A adaptação referida no "caput" consubstancia-se na instalação: balcões de atendimentos adaptados à altura dos cadeirantes, com rampas ou de elevadores, com portas cuja largura comporte a passagem de cadeiras de rodas, de aparelhos sanitários apropriados para o uso de pessoas com deficiência, e na destinação de um local que possa acomodar os freqüentadores dependentes de cadeiras de rodas.

§ 2º Estarão desobrigados do cumprimento da presente Lei, total ou parcialmente, aqueles estabelecimentos que apresentarem laudo técnico firmado por profissional habilitado, comprovando a impossibilidade de adaptar-se para os fins previstos nesta lei.

§ 3º No caso previsto no parágrafo anterior, caberá ao Poder Executivo Estadual, através do órgão competente, verificar a veracidade das informações contidas no laudo técnico.

Art. 3º - É concedido o prazo de 1 (um) ano, contados da publicação desta Lei, para que os estabelecimentos dispostos no "caput" do artigo 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas na presente lei.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo previsto no "caput", ficarão os estabelecimentos que descumprirem esta Lei sujeito as seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira autuação;

II - multa de R\$ 1.500 (Mil e quinhentos reais), se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, após a advertência;

III - multa de R\$ 2.500 (Mil e quinhentos reais), se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, após a aplicação da multa prevista no inciso II;

IV - multa de R\$ 3.000 (Três mil) por mês, até que seja sanada a irregularidade, caso as adaptações não tenham sido providenciadas no prazo de 30 (trinta) dias, após a aplicação da multa prevista no inciso III.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 1 (um) ano, após a sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário...

Sala das Sessões, em

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/09

JUSTIFICATIVA

É crescente em nosso Estado, preocupações acerca da qualidade de vida das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. A qualidade de vida passa pelo direito ao lazer. O espaço público deve

ser o ambiente público é apto a receber o cidadão, para que assim ele exerça sua cidadania. Por isso é necessário tornar o espaço público acessível, e isso significa eliminar barreiras físicas e tornar acessível os mobiliários urbanos.

As barreiras são obstáculos que dificultam principalmente a circulação de pessoas deficientes que andam em cadeiras de rodas, com muletas ou bengalas, ou que simplesmente tenham dificuldade de andar por terem mobilidade reduzida.

Se fizermos uma retrospectiva, poderemos perceber que já houve um avanço na tutela dos direitos e garantias das pessoas com deficiência. Entretanto garantir direitos não é suficiente é necessário efetivá-los.

Além do direito a moradia, ao emprego, a uma escola que atenda as necessidades deste segmento, a inclusão das pessoas com deficiência no mundo da cultura, do lazer e do entretenimento, possibilita a integração plena da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida à vida em sociedade.

O Poder Público é a pedra angular na luta da efetivação dos direitos da pessoa deficiente e com mobilidade reduzida, estabelecendo diretrizes também no campo cultural e do lazer. Prudente, ainda, verificarmos a dificuldade da vida social da pessoa deficiente e com mobilidade reduzida, onde a iniciativa privada tem que se adequar para oferecer acessibilidade aos deficientes, que também que assistem a espetáculos, shows, filmes e entretenimentos, ou seja, também são consumidores.

De uma forma ou outra, nobres colegas, o certo é que não podemos deixar de discutir a presente proposição, pois, para a inserção das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, na atual sociedade é necessário esforço conjunto do poder público, da iniciativa privada e da própria sociedade, possibilitando não só sua locomoção, mas também seu entretenimento na participação das atividades culturais que as casas de espetáculos, cinemas e teatros possibilitam aos cidadãos.

Por tais motivos, nobres pares, por entender que a presente proposição é totalmente constitucional e em harmonia com nosso regimento interno, solicito: o acompanhamento dos nobres colegas para a apreciação e aprovação, para que esta Casa Legislativa dê o exemplo de que legislar em prol das pessoas com deficiência, possibilitando uma efetiva inclusão social.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 071/09

Dispõe sobre a coleta de frascos de medicamentos vazios ou vencidos, no âmbito do estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam os estabelecimentos que comercializam medicamentos obrigados a manter um sistema de coleta dos frascos de medicamentos vencidos ou vazios, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos de que trata o caput deste artigo deverão orientar os consumidores sobre a forma de descarte destes medicamentos.

Art. 2º - Para o recolhimento dos frascos de que trata o artigo anterior, os seus responsáveis deverão manter postos de coleta ou lixeiras especiais em seus pontos de venda.

Art. 3º - Os frascos recolhidos deverão ser devolvidos aos fabricantes ou responsáveis pela distribuição e, em último ao Órgão Público competente do Estado, para reciclagem ou incineração.

Art. 4º - O não cumprimento desta Lei sujeitará os estabelecimentos, às seguintes penalidades:

I. Advertência: na primeira autuação, o estabelecimento será notificado para que regularize a pendência em 15 (quinze) dias.

II. Multa: persistindo a infração, será aplicada multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), cujo valor será devidamente atualizado conforme a Lei Federal nº 11922 de 29.12.2000.

III. Interdição: se, após 15 (quinze) dias da aplicação da multa não for regularizada a situação, inclusive com o pagamento da multa imposta, ao Estado procederá a interdição do estabelecimento, mantendo-a até que a pendência seja integralmente satisfeita.

IV. - Aplicar-se-ão também as penalidades previstas na Lei Federal nº 9.605 de 12/02/1998, observando o Art. 6º, inc. I, que trata do meio ambiente.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor em 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/09

JUSTIFICATIVA

Após o uso de medicamentos ou o vencimento desses, muitas pessoas não sabem o que fazer com as cartelas, frascos ou caixas. A falta de um lugar específico para recolher as sobras dos medicamentos, faz com que esses sejam jogados no lixo.

Porém ao fazê-lo, não imaginam os danos causados às pessoas que trabalham nos lixões e ao meio ambiente.

Segundo estudos da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas-SP), ao despejar sobras de remédios em ralos ou jogá-los em um lixo comum, as substâncias químicas presentes acabam caindo em rios, ou qualquer outro meio de distribuição de águas, fazendo com que sejam encontrados fármacos nas águas consumidas não só por animais, como pelos seres humanos. Além disso, tais componentes químicos afetam o solo, o ar (se forem substâncias voláteis) fazendo com que prejudique qualquer meio de vida ali existente.

Cabe ressaltar que ainda tanto o plástico, quanto o vidro (materiais mais utilizados na produção de recipientes de remédios) são dois péssimos decompositores, demorando muitos anos a se desfazerem naturalmente no meio ambiente.

Assim sendo, consideramos tal medida legal de relevância para o avanço do Meio Ambiente em Santa Catarina, e face ao exposto, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação desta matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 072/09

Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de caderneta de vacinação para matrícula anual na rede pública e privada de ensino do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica determinada a obrigatoriedade da apresentação de caderneta de vacinação atualizada, para o cadastro escolar na rede de ensino pública e privada, bem como, para a matrícula ou sua renovação nos anos subsequentes, até a 9ª (nona) série do ensino fundamental.

Art. 2º O Poder Executivo Estadual regulamentará esta Lei dentro de 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/09

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em tela, tenta ser uma nova arma para obrigar e alertar aos pais e responsáveis que todas as nossas crianças devem ser regularmente vacinadas, sendo uma espécie de conferência obrigatória da caderneta de vacinação da criança em geral, desde o ingresso da sua alfabetização.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts 27 e 29 do Decreto nº 78.231, de 12 de agosto de 1976, que regulamenta a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e Considerando a necessidade de estabelecer normas sobre o Programa Nacional de Imunizações, Cria:

Art. 1º Instituir, em todo território nacional, os calendários de vacinação visando o controle, eliminação e erradicação das doenças imunopreveníveis por intermédio do Programa Nacional de Imunizações, vinculado ao Departamento de Vigilância Epidemiológica - DEVEP, da Secretaria de Vigilância em Saúde.

Nem precisamos declinar, que uma correta e pontual vacinação pode salvar vidas ou evitar uma vida vegetativa pelas preciosidades que temos em casa, pois nada mais sagrado do que termos filhos, que são uma continuidade da nossa vida, na realidade um motivo de estímulo exemplar de continuarmos vivendo.

As Doenças Pneumocócicas, cujo principal agente etiológico é o *Streptococcus Pneumoniae* (pneumococo), de acordo com a Organização Mundial da Saúde é a Doença Imunoprevenível que determina mais mortes no mundo. Como o pneumococo passou a ser a principal causa da meningite bacteriana em países desenvolvidos, os esforços se concentram para o desenvolvimento de uma vacina conjugada frente a este agente. Nos Estados Unidos, a vacina contra a meningite pneumocócica foi incorporada ao calendário oficial em 2000. Em 2005, o Centro de Controle de Doenças americano publicou os primeiros resultados depois da inclusão. O número de casos associado ao pneumococo foi reduzido em 77% nos bebês com menos de 1 ano, em 83% nas crianças de 1 a 2 anos e em 72% na faixa de 2 a 3 anos.

A portaria nº 597, de 8 de abril de 2004, do ministério da saúde preconiza que:

Art. 1º Instituir, em todo território nacional, os calendários de vacinação visando o controle, eliminação e erradicação das doenças imunopreveníveis por intermédio do Programa Nacional de Imunizações, vinculado ao Departamento de Vigilância Epidemiológica - DEVEP, da Secretaria de Vigilância em Saúde.

Art. 2º Estabelecer que a partir de 2004 serão adotados o Calendário Básico de Vacinação da Criança, o Calendário de Vacinação do Adolescente e Calendário de Vacinação do Adulto e Idoso, conforme disposto nos Anexos I, II e III desta Portaria, respectivamente.

Art. 4º O cumprimento da obrigatoriedade das vacinações será comprovado por meio de atestado de vacinação a ser emitido pelos serviços públicos de saúde ou por médicos em exercício de

atividades privadas, devidamente credenciadas para tal fim pela autoridade de saúde competente, conforme disposto no art. 5º da Lei 6.529/75.

§ 1º O comprovante de vacinação deverá ser fornecido por médicos e ou enfermeiros responsáveis pelas unidades de saúde, devidamente carimbado e assinado tendo o número da unidade que esta fornecendo, bem como o número do lote e laboratório produtor da vacina aplicada.

§ 2º O atestado de vacinação também poderá ser fornecido pelas clínicas privadas de vacinação e que estejam de acordo com a legislação vigente, atendendo as exigências para o funcionamento de estabelecimentos privados de vacinação, seu licenciamento, fiscalização e controle.

§ 3º As vacinas obrigatórias e seus respectivos atestados serão gratuitos na rede pública dos serviços de saúde.

Assim sendo, consideramos tal medida legal de relevância para o avanço da saúde pública em Santa Catarina e face ao exposto, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação desta matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 073/09

Declara de utilidade pública a Multiplicando Talentos, com sede no município de Criciúma.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Multiplicando Talentos, com sede no município de Criciúma.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Julio Garcia

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/09

JUSTIFICATIVA

Levo ao conhecimento dos Senhores Deputados o projeto de lei em anexo que visa declarar de utilidade pública a Multiplicando Talentos, com sede no município de Criciúma.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos que tem como finalidade a promoção da assistência social, da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico e do meio ambiente, da educação gratuita, do desenvolvimento sustentável e do voluntariado, entre outras.

No desenvolvimento de suas atividades, a Multiplicando Talentos observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, e para cumprir seu propósito a entidade atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ação, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá de incentivo ao trabalho da entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 074/09

Institui o "Programa de Conservação, Uso e Reuso Racional de Água" e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Conservação, Uso e Reuso Racional de Águas, com o objetivo de promover a conscientização dos usuários da água sobre a importância da conservação, o uso racional e a utilização de fontes alternativas para a captação de água e reuso nas edificações.

Art. 2º O Programa observará ainda a difusão de ações para a promoção da conservação e uso racional da água, e também o incentivo para utilização de fontes alternativas, ou seja, do conjunto de ações que possibilitam o uso de outras fontes, diversas do sistema de abastecimento público, para captação de água, armazenamento e utilização de águas servidas, estas entendidas como as utilizadas no tanque ou máquina de lavar e no chuveiro ou banheiro.

Art. 3º A execução do Programa de Conservação, Uso e Reuso Racional de Água deverá obedecer as políticas definidas pelo Poder Executivo, cuja elaboração contará com a participação de órgãos e entidades públicas e privadas e da comunidade científica, que serão

convidadas a participar das discussões e a apresentar sugestões, nos termos do que prescrever a regulamentação.

Art. 4º Para o cumprimento das diretrizes dispostas nesta Lei, o Poder Executivo poderá, além de outras estratégias de execução, observado o disposto no artigo anterior, promover o desenvolvimento, e o incentivo ao desenvolvimento por parte dos municípios, de projetos de construção de reservatórios de captação de água de chuva com baixo custo e a formação nesta tecnologia de agentes públicos, para garantir às população de baixa renda a instalação desse equipamento.

§ 1º A adaptação dos prédios edificadas anteriormente à vigência desta Lei será estimulada pelo Poder Público, mediante o repasse de tecnologia aos interessados.

§ 2º Serão desenvolvidas ações destinadas à conscientização da população sobre a importância do Programa através de campanhas, abordagem do tema nas aulas ministradas nas escolas públicas e palestras, entre outros materiais e outras formas de divulgação, versando sobre a necessidade de contenção do uso abusivo, métodos de conservação e uso racional da água, bem como a importância da utilização de fontes alternativas para a captação de água.

§ 3º Na elaboração dos projetos de construção de novas edificações do Estado de Santa Catarina e de construção de novas edificações de interesse social será observada a utilização de fontes alternativas para captação de água.

Art. 5º A regulamentação da presente Lei, a ser editada pelo Poder Executivo no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da sua publicação, observará os requisitos necessários à elaboração dos projetos de construção, instalação e dimensionamento dos aparelhos e dispositivos destinados à conservação e uso racional da água e utilização de fontes alternativas para a captação de água e reuso nas edificações, além de outros.

Art. 6º As despesas correrão por conta das disposições orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor em 150 (cento e cinquenta) dias constados da sua publicação.

Sala das sessões,
Rogério Mendonça

Deputado

Lido no Expediente
Sessão de 18/03/09

JUSTIFICATIVA

A proposta de Lei que ora trazemos à consideração desta Casa tem o condão de instituir o "Programa de Conservação, Uso e Reuso Racional de Água" e dá outras providências.

A matéria tem, a nosso ver, uma importância destacada ao futuro, às novas gerações. Ocorre que, constantemente se observa a existência do desperdício de água, condição não mais suportável pela natureza.

As tecnologias que permitam a captação e a utilização desse "precioso" líquido, devem ser cada vez mais difundidas, alcançando o uso racional, com especial ênfase em face de que a inobservância desse detalhe tem levado à degradação genérica do meio ambiente. Ora, as mudanças climáticas estão cada mais sendo notadas, as quais tem direta relação com a má utilização do meio ambiente, que incluiu o desperdício dos recursos que são subtraídos deste.

Nesse sentido, ao ser instituído Programa no Estado de Santa Catarina que venha incrementar a utilização racional, acima da representação econômica, terá diretos efeitos na natureza, trazendo uma nova referência à defesa do recurso em questão.

Muitos são os brasileiros que tem utilizado as novas tecnologias em suas residências, empresas, indústrias e em outros estabelecimentos, na captação, conservação, uso e reuso da água, com a consciência de que a prática refletirá em imensuráveis benefícios à população. A utilização de fontes alternativas, então, enseja ser difundida pelo Poder Público, para que os resultados e os benefícios possam ser alcançados em maior proporção.

Assim, em sintonia à necessidade de racionalização do consumo da água, que se apresenta com o resultado da utilização das tecnologias e informações em condão, portanto, não só por razões de ordem ecológica, mas também por reflexos de ordem econômica, é imprescindível a fixação de normas capazes de inserir ação pública no setor. As medidas em tela são de tamanha relevância que já tem realizado difusão institucional, a anos, com resultados comprovadamente positivos. Na captação a água já tem sido detectada de boa qualidade, cuja operacionalização é de maneira simples e com bons resultados nos termos de custo-benefício.

Destarte, se resume a matéria em divulgação de informações para o convencimento/conscientização da população quanto à adoção da prática. Como incentivos, se prescreve o desenvolvimento de projetos de construção de reservatórios de captação de água de chuva com baixo custo, o que deverá ser realizado por profissionais multiplicadores dessa tecnologia. Portanto, é importante se conhecer as reais prejudicialidades do uso abusivo, os métodos de conservação e a forma do uso racional da água, bem como a importância da utilização de fontes alternativas para a captação de água.

Ante o exposto, solicitamos aos Nobres Pares deste Parlamento seja aprovado o presente projeto.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 075/09

Declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro de Fortaleza Alta, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro de Fortaleza Alta, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 18/03/09

JUSTIFICATIVA

O Clube de Caça e Tiro de Fortaleza Alta, município de Blumenau, conforme assentamentos existentes no Cartório do Serviço Registral de Blumenau, existe desde 3 de novembro de 1947 e vem participando da vida social e cultural daquela comunidade sem interrupção há 62 anos, congregando os blumenauenses em eventos esportivos e culturais. Tem celebrado bailes, casamentos e festas de Rei e Rainha, dia das mães, festas juninas, onde a cor local da cultura blumenauense com suas tradições teuto-brasileiras, tem sido honrada e preservada.

São três gerações de associados a manterem vivas essas tradições de cordialidade, gastronomia, arte, esporte e solidariedade.

Em conformidade com a Lei nº 14.182, de 1º de novembro de 2007, a Associação está legitimada para aspirar à Declaração de Utilidade Pública.

Considerando o exposto nesta justificativa, peço o apoio dos Senhores Deputados no sentido de aprovar esta proposição, concedendo à entidade o título pretendido.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 076/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Serviços Sociais Voluntários de Jaguaruna.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Serviços Sociais Voluntários de Jaguaruna, com sede no município de Jaguaruna.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente
Sessão de 18/03/09

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação dos Serviços Sociais Voluntários de Jaguaruna**, atendendo ao pedido da própria entidade que necessita desse reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender às suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***